UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ CURSO DE PEDAGOGIA Celso Soares As dificuldades dos alunos de aprenderem língua inglesa: Um estudo sobre a Escola Eldorado UFPA - Rondon do Pará 2004

> PEDAGOGIA ETIQUETA Nº 023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ CURSO DE PEDAGOGIA

Celso Soares

As dificuldades dos alunos de aprenderem língua inglesa: Um estudo sobre a Escola Eldorado

> UFPA – Rondon do Pará 2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ CURSO DE PEDAGOGIA

Celso Soares

As dificuldades dos alunos de aprenderem língua inglesa: Um estudo sobre a Escola Eldorado

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia Orientadora: Prof^a. Ms. Mara Rita Duarte de Oliveira.

UFPA – Rondon do Pará 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ CURSO DE PEDAGOGIA

Celso Soares

As dificuldades dos alunos de aprenderem língua inglesa: Um estudo sobre a Escola Eldorado

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia Orientadora: Prof^a. MS. Mara Rita Duarte de Oliveira.

Data da defesa: 05 / 01 /2004

Banca Examinadora:

Ruta N. de U

Orientadora

Evaminador (a)

Corneia Dilsin

Examinador (a)

UFPA – Rondon do Pará 2004

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas duas filhas, as quais muito me incentivaram em estudar .E de forma carinhosa e sincera a minha orientadora, Professora Mara Rita Duarte de Oliveira, cujo reconhecimento, paciência e esmero, em muito veio enriquecer meu saber e aprendizagem na área da Pedagogia.

AGRADECIMENTOS

Ao Bom Deus, à minha mãe, à minha esposa e filhos, sem os quais não teria alcançado esta conquista.

A todos os professores do curso de Pedagogia, que pacientemente e honradamente me conduziram a tão brilhante conquista.

Estendo, pois de modo muito especial a professora Mara Rita Duarte de Oliveira, minha orientadora, a quem sou eternamente grato por acreditar (crer) em mim, mostrando acima de tudo, muito companheirismo, confiança e solidariedade.

Em suma, meu muito obrigado a todos os que de alguma forma me incentivaram nesta jornada.

EPÍGRAFE

"Todo Homem deve ser maior ou igual a seu sonho"
(Anônimo)

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo I - A instrução Escolar no Brasil	12
1.1-A chega da instrução/escolarização no Brasil	12
1.2- A Educação básica na Primeira República	15
1.3- Período da Ditadura Militar	16
1.3.1- A Educação Básica após 1930	17
1.3.2- Período do Estado Novo (1937 – 1945)	20
1.3.3- Período da Nova República (1946-1963)	21
1.4. A Educação Brasileira dos anos 1964 a 1985.	24
1.4.1 - Período do Regime Militar (1964 – 1985)	24
1.4.2 - Como ficamos?	31
5. A Educação na Nova Constituição	36
5.1- Abertura política	36
5.2. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	41
6. A educação no Brasil nos últimos 10 anos.	45
Capítulo II – educação na zona rural: retratando uma realidade educativa de Rondon do Pará	50
2.1- Educação Rural em Rondon do Pará.	50
Capítulo III – O ensino da língua inglesa na escola Eldorado	55
3.1- O ensino da língua inglesa na escola Eldorado: Relações com o currículo escolar atual	55
3.2-A realidade social dos alunos da escola Eldorado.	57
3.3- O ensino da língua inglesa e a realidade escolar da escola Eldorado: A fala dos alunos	60
Capítulo IV- Trabalhando alternativas metodológicas para o ensino da língua inglesa	63
Considerações Finais	70
Referências bibliográficas	72
Anexos	74

INTRODUÇÃO

O presente estudo, é objeto de investigação e estudo, face às dificuldades apresentadas pelos alunos de 5 a , 6 a , 7 a e 8 a séries, nas Escolas de Ensino Fundamental, situadas na zona rural, na disciplina de língua estrangeira l.

No início do ano letivo, os alunos matriculados manifestam muito interesse, a participação dos mesmos é notória; porém, à medida que os meses passam, muitos deles, perdem o interesse na disciplina e, acabam até por desistir dos estudos.

Com base em diálogos com esses alunos, procurei uma resposta a tais problemas. Na mesma visão desses, parece que a causa da dificuldade, é de origem bem variada.

De um lado, citam-se os de ordem cultural, pois é sabido que o aluno, na zona rural, quase nunca tem acesso à mídia, aos meios de comunicação mais formal², e com isso, está sempre isolado de qualquer tipo de leitura, estudo extra-classe e outro meio de enriquecimento da cultura, do aprendizado escolar.

Há, ainda, a considerar, as condições da escola: o tempo destinado às atividades escolares, é o menor possível, uma vez que é sempre à noite o horário das aulas, sob luz de lampião à gás. Aí, o aluno, já extenuado, fatigado, uma vez que trabalhou muito no sol, durante o dia, acaba em não tirar quase ou nenhum proveito da aula, ministrada pelo professor.

Por outro lado, o estudo que realizei, é fundamentado em empirismo, pois conforme entendo, este é o meio mais direto para se alcançar o objetivo pretendido.

¹ Sou professor da disciplina em questão.

² Internet, revistas, jornais entre outros...

Ainda com relação ao trabalho de conclusão, sobre o tema, deveras complexo, como a dificuldade de aprender língua estrangeira, julguei também não ser só particularidade da Escola Eldorado³. Esse fato, também acontece em outras escolas rurais, localizadas em várias regiões brasileiras.

Para estudo das dificuldades dos alunos em aprender língua estrangeira, é preciso conhecer e analisar os verdadeiros motivos que originaram o presente questionamento.

Este trabalho pretende descrever e analisar as dificuldades, sentimentos e expectativas de aprendizagem de língua estrangeira, concernente aos alunos do ensino fundamental da 5ª a 8ª série da escola rural, localizada no Assentamento Nova Vitória, no município de Rondon do Pará – PA.

Compreendendo que o Inglês é a língua "oficial" de mais de cinqüenta paises distribuídos em todos os continentes. É o meio de comunicação internacional mais utilizado nos dias de hoje juntamente com o Espanhol. Por isso, na fase atual da História, o intercâmbio internacional não pode dispensar o domínio do Inglês, assim como o MERCOSUL, o idioma hispânico.

Desta forma, impõe gradativamente aos países de terceiro mundo, para que os mesmos possam assumi-la como língua oficial. Mesmo acreditando que essa inserção através da língua não está no centro do debate acadêmico hoje, considero ser importante discutir, já que estou diretamente envolvido com a temática que ora investigo.

Levando em conta as ações e reflexões do acadêmico, professor de língua estrangeira há aproximadamente 05 (cinco) anos da rede pública municipal na cidade de Rondon do Pará, sobre sua própria prática pedagógica, a ênfase da investigação, preocupei-me, sobretudo, com as dificuldades de aprender a língua estrangeira, bem como do processo desse ensino.

³ Escola que estou trabalhando atualmente com uma turma de 5^a série.

Com tal propósito, foram envolvidos na pesquisa 20 alunos de 5ª Série do ensino fundamental durante o ano de 2003 e 2004, da escola pública municipal do ensino fundamental, onde leciono atualmente.

Além disso, o fato de aprender outra língua é ter contato com a cultura e a civilização dos povos onde esse idioma é falado; significa aumentar nossas perspectivas culturais e profissionais, além de, principalmente, ampliar nosso próprio universo e descobrir realmente que temos ali, *na outra esquina*, um vizinho que tem outros costumes, diferentes dos nossos.

Por isso, nossa proposta pedagógica é ajudar o aluno a estudar o Inglês de maneira prática e objetiva. Para tanto, devemos utilizar a simplicidade e a descomplicação na apresentação dos conteúdos curriculares, além de privilegiar a conversação como forma de aprendizado significativo.

Neste espaço, portanto, busquei indicadores significativos para a superar as dificuldades dos alunos, utilizando recursos estratégicos da abordagem qualitativa da pesquisa conforme sugerem BOGDAN e BIKLEN (1997): observação participante, anotações de respostas aos questionamentos junto aos alunos, tanto no decorrer das atividades em aula, quanto fora delas.

Para a consecução deste trabalho, o autor fez pesquisas exaustivamente sobre os alunos em questão, seus modos de vida, como: ocupação extra-classe, família, etc. A pesquisa, teve início nos meses de fevereiro de 2004, estendendo-se até fins de outubro do mesmo ano.

Em um total de vinte alunos pesquisados, obteve-se a resposta aos questionários distribuídos, de pelo menos, dez do total, com respostas variadas, desde sim/não, à abstinência a uma ou outra pergunta.

Além dos questionários, fiz fotografias da escola, da turma de 5ª, assim como dos alunos. Esses critérios contribuíram para identificar, elementos que pudessem se constituir em eixos norteadores de reflexões docentes e busca de novas práticas.

CONNELLY e CLADININ (1991, p. 11) argumentam que:

(...) a investigação narrativa tem sido cada vez mais utilizada em estudos sobre a experiência educativa [porque] nós, seres humanos, somos organismos contadores de histórias, organismos que, individual e socialmente, vivemos vidas relatadas. O estudo da narrativa, portanto, é o estudo da forma em que os seres humanos experienciam o mundo.

Nesse âmbito, pois, provavelmente por estarem em um ambiente propício a uma aprendizagem que buscava ouvi-los sobre suas idéias e hipóteses a respeito de aprendizagem de Inglês, os alunos se encorajaram em manifestar suas percepções, sentimentos e expectativas sobre esse ensino na escola. Relevante se destacar que, dos vinte alunos acompanhados quase nenhum resultado satisfatório se conseguiu, a maioria revê-la ter pouco interesse não apenas pela aprendizagem de língua inglesa, mas também da língua materna, consideram pouco importante estarem estudando, pois tem baixa expectativa de vida futura, não considera que podem superaras condições de vida que vivem e não almejam mais do que continuar suas vidas.

Neste trabalho no primeiro capítulo faço uma breve análise da instrução escolar no Brasil.

No Segundo, retrato a realidade da educação rural no município de Rondon do Pará as dificuldades das escolas, dos alunos e dos professores.

No terceiro detenho - me bem na questão do ensino da língua inglesa na escola MEF Eldorado e como os alunos pensam essa disciplina, suas dificuldades e o que é possível melhorar.

No Quarto capítulo apresento algumas sugestões metodológicas para que os professores possam trabalhar melhor a língua inglesa com seus alunos da zona rural.

CAPÍTULO I

A INSTRUÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Neste capítulo, teço uma análise, como se dava a instrução¹ do indivíduo, nos idos da colonização brasileira, por volta do "descobrimento" do Brasil até os dias de hoje. Para que desta forma compreenda-se como o processo histórico de escolarização chega ao meio rural e instalá-se de forma a impor modelos aos rurícolas.

1.1-A chegada da instrução/escolarização no Brasil

A escolarização básica teve seu início, com a vinda dos padres jesuítas, quando aqui também chegou o primeiro Governador Geral, Tomé de Sousa, a mando do rei de Portugal, D. João III. Essa instrução tinha mais características catequéticas, pois é sabido que naquela época, a Europa, ou melhor, Portugal e Espanha, países considerados cristãos, se propunham a aumentar o número de católicos, para a Igreja de Roma, divulgando a fé cristã, também a outros povos de outros continentes e colônias na terra recém descoberta. Essa missão jesuítica atendeu ainda a população negra a qual séculos mais tarde também necessitava de instrução, principalmente sobre a religião cristã.

Algumas décadas mais tarde, ainda a mando do governo português, vinha para a Colônia, o marquês de Pombal, o qual muito colaborou para o desenvolvimento do Brasil, propondo e realizando obras para a colônia se estruturar melhor dentro do processo de colonização. Com isso,

¹ Instrução escolar não significa obviamente educação no sentido mais amplo da palavra.

houve a necessidade da população brasileira receber instrução escolar não só consistente de aprender a ler e escrever, como também, para outros fins.

Segundo os historiadores, até o ano de 1823, no Brasil, agora Imperial, a Instrução Escolar no Império, não estava estruturada. Havia, sim, aulas régias (aulas avulsas), destinadas aos filhos da elite, que eram preparados para iniciar um curso universitário na Europa, principalmente na França.

Neste mesmo ano de 1823, a Assembléia Constituinte, já discutia a possibilidade da estruturação do ensino escolar no Brasil, em vários níveis. Estas discussões não estavam voltadas para a criação de uma escola que viesse dar a oportunidade para aqueles que faziam parte das classes populares; mas para atender aos interesses dos mais favorecidos economicamente.

Mas, em 15 de outubro de 1827, era definitivamente criada a Escola Primária, que ficou conhecida como escola de primeiras letras.

Não obstante o que dispuseram posteriormente leis gerais e provinciais no sentido de ampliar o currículo das escolas de primeiras letras, o ensino público elementar limitou-se, durante todo o Império, aos magros conhecidos fixados na lei de 1827.

Em 1854, o Governo Central, ao reformar o ensino na Capital do Império, propusera a criação do ensino primário de 2 ° grau. O regulamento baixado com o Decreto 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, pelo Ministro do Império do Gabinete Paraná, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, entre outras importantes providencias criou a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária, órgão ligado ao Ministério do Império e destinado a fiscalizar e orientar o ensino público e particular dos níveis primário e médio da cidade do Rio de Janeiro, e estruturou em dois níveis a instrução primária gratuita que a Constituição prometera a todos. Determinava o Regulamento em seu Capitulo III:

[&]quot;O ensino primário nas escolas públicas compreende: a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, as noções essenciais da Geometria, os princípios elementares da

Aritmética, o sistema de pesos e medidas do município. Pode compreender também: o desenvolvimento da Aritmética em suas aplicações práticas; a leitura explicada dos Evangelhos e notícia de História Sagrada; os princípios das Ciências Físicas e da História Natural aplicáveis aos usos da vida; a Geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e exercícios de canto, ginástica e um estudo mais desenvolvido do sistema de pesos e medidas, não só do Município da Corte, como das províncias do Império e das Noções com que o Brasil tem mais relações comerciais." (Art. 47)

"As escolas públicas primárias serão divididas em duas classes. A uma pertencerão as de instrução elementar com a denominação de escolas do 1º grau. À outra as de instrução superior com a denominação de escolas do 2 º grau." (art. 48)

"O ensino nas do 1º grau será restritamente o que se acha marcado na primeira parte do Art. 47; nas de 2º grau compreenderá ademais as matérias da segunda parte do mesmo artigo, que por deliberação do Governo, sobre proposta do Inspetor Geral e ouvido o Conselho Diretor se mandarem adotar." (Art. 49)

"Nas escolas para o sexo feminino, além dos objetos da primeira parte do Art. 47, se ensinarão bordados e trabalhos de agulha mais necessários. Poder-se-ão também ensinar as matérias da segunda parte do citado artigo, que o Governo designar, sobre proposta do Inspetor Geral e com audiência do Conselho Diretor, conforme as diversas localidades em que forem situadas e sua importância." (Art. 50)

Somente em 1880 teria a capital do Império sua primeira escola normal mantida e administrada pelos poderes públicos.

Qualitativamente deficiente, a instrução elementar também se mostrava precária do ponto de vista quantitativo. Nas províncias, a dispersão da população, o número insuficiente de escolas, o despreparo e o descontentamento dos professores mal remunerados, a ignorância dos pais que se recusavam a mandar instruir os filhos – razão pela qual, das poucas escolas existentes, muitas cerravam as portas por falta de freqüência, faziam com que a instrução primária, limitada aos rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo, apesar do enriquecimento previsto na legislação, beneficiasse apenas uma parcela mínima da população.

Também na Corte, onde o ensino elementar achava-se confiado à tutela dos poderes gerais, era elevado o número dos analfabetos e sombrias as perspectivas futuras da instrução popular.

1.2- A Educação básica na Primeira República

Com a proclamação da República vencem o princípio federativo e as idéias liberais de ampliação dos direitos de voto, separação entre Igreja e Estado, laicização do ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, liberdade de crenças e de ensino. O exercício do direito do voto, antes limitado pela renda, passa a sê-lo pela instrução, ficando os analfabetos excluídos do processo eleitoral.

O advento do novo regime não trouxe alterações significativas para a instrução pública, nem inaugurou uma nova corrente de idéias educacionais, tendo significado simplesmente o coroamento e, portanto, a continuidade do movimento de idéias que se iniciara no Império, mais precisamente nas suas duas últimas décadas.

Como resultado dos esforços voltados para o aprimoramento e disseminação do ensino primário, processaram-se também alterações qualitativas e quantitativas no ensino normal. Apesar da ampliação de seu currículo e do prolongamento de sua duração, ocorrido em alguns estados nos primórdios do novo regime, o curso normal funcionou até a criação das escolas complementares, como um curso preponderantemente de cultura geral, paralelo ao secundário. A partir da criação desse ciclo intermediário, estabeleceu-se um elo de ligação entre a escola primária e a normal e o ingresso na última passou a exigir maiores requisitos de formação geral. Evidenciavam-se, assim, as tendências que iriam marcar o desenvolvimento do ensino normal nos anos seguintes: a elevação de seu nível, dentro da organização geral do sistema, o aumento dos anos de escolaridade necessários para a formação do professor e a ampliação da formação geral básica anterior ao curso normal. É bem verdade que essas tendências não teriam um desenvolvimento uniforme e contínuo, mais se apresentando nos padrões de pensamento da década de 20 do que nas alterações efetivamente realizadas.

Muito embora a Primeira República tenha inaugurado o regime de equiparações, é preciso lembrar que nos seus primeiros dez anos e nos últimos quinze a equiparação ficou restrita aos estabelecimentos oficiais. Como a maior parte dos estados brasileiros não mantinha mais do que uma escola secundária publica, para a maioria dos estudantes matriculados em colégios particulares, o ensino acabava por se reduzir a um mecanismo de qualificação para os exames preparatórios. Assim, esses exames, que já no período imperial haviam consagrado para o ensino secundário estudos irregulares e assistemáticos, bem como a preponderância de sua finalidade propedêutica sobre a formativa, continuaram, na República, a desempenhar o mesmo papel e a funcionar como solução alternativa da escolarização regular.

Tentativas não faltaram para superar essa situação, que atingia tanto o ensino particular quanto o público. Já a primeira reforma republicana (Benjamin Constant, 1890) determina a abolição dos parcelados de preparatórios e a introdução do "exame de madureza" como o coroamento do "curso integral de estudos" completado pelo aluno.

1.3- Período da Ditadura Militar.

Durante o período que o país viveu sob a ditadura militar, ocorria que, mesmo descontente com a perseguição política e o descaso do sistema de instrução escolar, como os desprovidos, muitos professores tinham que ministrar aulas voltadas para a obediência e a submissão ao sistema ditatorial imperante na época. Os conteúdos trabalhados em sala de aulas não deveriam denegrir a imagem dos governantes.

Essa maneira de passar a instrução escolar ás crianças também chegou à sociedade, que não podia fazer nenhum movimento reivindicatório. Para tentar amenizar a situação por que passava o sistema instrucional escolar brasileiro, copiando o modelo americano e europeu, no ano de 1924 surgia a Associação Brasileira de Educação (ABE), que foi a primeira tentativa para organizar o

ensino no Brasil. Contudo, só em 1961 é que o sistema educacional brasileiro teve um impulso significativo. Após treze anos de debates entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Essa nova lei, visava entre outros, o ensino público obrigatório e gratuito.

1.3.1- A Educação Básica após 1930.

A queda da República Velha, sob o impacto da Revolução de 1930, transformou as relações de poder entre o governo federal e os estados, dando inicio a um período de progressiva centralização política. Embora não trouxesse uma programação definida, seja para o setor político-econômico, seja para o educacional, a "Revolução" dava início a um período em que todos os campos são atingidos, caracterizando-se progressivamente a passagem de uma sociedade précapitalista, agrário comercial e artesanal para uma sociedade urbano-industrial.

As transformações políticas e econômicas ocorridas a partir de 1930 foram acompanhadas de grandes alterações sociais. Especialmente nos estados do Sudeste, onde se concentrou o processo de industrialização, este acelerou a urbanização e as migrações para as cidades, as quais passaram a oferecer novas oportunidades de trabalho e salários mais vantajosos. Assim, a população urbana elevou-se de 10% em 1920 para 31,24% em 1940, 36,16% em 1950, atingindo 45,8% em 1960. Como reflexo da urbanização e do conseqüente desenvolvimento de um importante setor de serviços localizado nas cidades, modifica-se a estratificação social. A pequena aristocracia agrário-comercial — composta dos grandes fazendeiros, comerciantes e banqueiros — é acrescida dos empresários industriais, cuja ascensão social processa-se paralelamente ao processo de industrialização do País. Nas classes mais baixas, amplia-se o setor formado pelos operários e trabalhadores urbanos, setor este que, além de melhor padrão de vida e de maiores oportunidades educacionais, diferencia-se daquele constituído pelos trabalhadores rurais por se apresentar relativamente organizado e com maior poder de reivindicação e participação política. A pequena

classe média 3 existente antes de 1930 aumenta e se diversifica, tendo suas fileiras engrossadas principalmente por pessoas ligadas aos processos produtivos.

Com a nova ordem político-econômica, o aumento da população urbana relativamente à rural e o aparecimento de novas ocupações ligadas à vida urbano-industrial, surgem maiores possibilidades de mobilidade social, passando a educação escolar a representar um meio de êxito profissional e de acesso a posições socialmente valorizadas. Assim, a demanda por educação cresce consideravelmente, sobretudo no período posterior a 1945, sendo bastante expressiva a ampliação da rede de escolas média, em especial da modalidade acadêmica (secundária). Diferentemente do que aconteceu nos países europeus – que procuraram restringir a escola de tipo acadêmico a uma minoria privilegiada e expandir outras modalidades não-acadêmicas de ensino de grau médio --, no Brasil é especificamente o ensino de elites o objeto de maior desenvolvimento quantitativo. Assinala Anísio Teixeira: "A nova classe média sem tradições de classe média de tipo europeu aspirava o *status* de elite, de quem herdou os preconceitos contra o povo propriamente dito".

Um aspecto importante a ressaltar é que com o fim do sistema oligárquico e o esvaziamento do regionalismo, redefine-se o papel do Estado, que passa a ter uma ação mais intervencionista em todos os setores da vida nacional. Assim, o governo central passa a atuar, de forma mais significativa, no processo de organização do ensino em todo o País. Dentre os primeiros atos do governo provisório, destacam-se, já em 1930, a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública e, em 1931, do Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo destinado a assessorar o ministro.

As reformas realizadas nos anos imediatamente posteriores à Revolução, pelo primeiro ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, evidenciam ampliação das funções federais relativas às modalidades de ensino por ela abrangidas. Assim, a reforma do ensino secundário (Decreto nº 19.890, de 18/04/31) deu a todos os estabelecimentos dessa modalidade – mantidos pelos estados e pela iniciativa privada – a oportunidade de se equipararem ao Colégio

Federal Pedro II, submetendo-os à mesma organização e subordinando-os à inspeção federal. Dentre os ramos de ensino técnico, apenas o comercial foi objeto de reforma por parte de Francisco Campos (Decreto nº 20.158, de 30/06/31), ampliando-se a todos os estabelecimentos que observassem a organização didática e o regime escolar instituídos pelo Decreto federal.

O ensino secundário manteve nos quadros da reforma Francisco Campos o caráter seletivo, elitista e preparatório que sempre o caracterizou na tradição escolar brasileira;

A carta de 1934 de teor democrático-liberal e de preservação do regime Federativo amplia as atribuições da União, inclusive no que diz respeito ao campo da educação. Assim fica-lhe incumbido a competência de traçar Diretrizes da Educação Nacional, fixar o Plano Nacional de Educação e coordenar sua execução em todo o país, organizar e manter os sistemas de ensino dos territórios e exercer a ação supletiva onde for necessário. Ficavam estabelecidos os princípios de gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, de educação como direito de todos, além de percentuais da receita de impostos foram vinculados para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Idéias antiliberais e autoritárias já então vigentes não eram favoráveis a uma política descentralizada de ensino que concedesse poderes às unidades federadas para a organização de seus respectivos sistemas de ensinos. Como já se disse antes, em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública através do decreto nº 19.403. Em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes e o Conselho Nacional de Educação. Estes decretos ficam conhecidos como Reforma Francisco Campos. Em 1932 um grupo de educadores lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1936, os poderes públicos mantêm e controlam 73,3% das escolas do País; 24 % das escolas particulares não obedecem aos padrões oficiais do ensino.

1.3.2- Período do Estado Novo (1937 – 1945)

Outorgada a Constituição de 1937 de cunho centralista e instituição do Estado Novo, 1938, é criada a União Nacional dos Estudantes – UNE e também do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP. A carta de 1937 elimina muitas conquistas do movimento renovador e restringe os deveres do Estado na manutenção do ensino. Silencia quanto aos recursos e quanto ao plano nacional de educação além de considerar a educação "como dever e direito natural dos pais".

A política educacional centralizadora traduziu-se na tentativa de regulamentar em âmbito central, a organização e o funcionamento de todos os tipos de ensino no país. Foram assim promulgadas entre 1942 e 1946 todos os tipos de ensino no país por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino, os Decretos – Leis Federais que regulamentaram minuciosamente diversos ramos e modalidades de ensino: Secundário, Industrial, Comercial, Agrícola, Normal e Primário. As Leis Orgânicas do Ensino Normal, Primário e Agrícola, mesmo projetadas na administração Capanema e, portanto, sob idêntica inspiração das demais, só saíram em 1946, após a queda da ditadura Vargas.

Ainda que se mantendo fiel a tradição de tratar separadamente cada modalidade de ensino, a legislação do Estado Novo teve o mérito de ser abrangente e de aproximar, em termos de duração e divisão em ciclos os vários ramos do ensino profissional e do ensino secundário. Assim todos eles passaram a se articular com a escola primária e a ter dois ciclos de duração semelhantes.

As leis orgânicas representaram a definição perfeita de uma estrutura estratificada de ensino pós-primário, no interior do qual era mantido o velho dualismo entre o ensino popular e o de elites. Apenas o ensino secundário possibilitava o ingresso em qualquer dos cursos superiores; os segundo ciclos dos ramos profissionalizantes só se articulavam com cursos superiores relacionados à eles. O decreto-lei nº 4 048 de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

O Decreto-lei nº 4 073 de 30 de janeiro, regulamenta o ensino industrial; o Decreto-lei 4 491 de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI. O Decreto-lei de nº 4 984 de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes. É baixado o Decreto-lei de 8 de dezembro, regulamentando o ensino comercial. É criada a Universidade Rural do Rio de Janeiro – URRJ.

Do ponto de vista da organização, o primeiro ciclo do ensino secundário, então denominado ginásio, ficava reduzido para quatro anos. No segundo ciclo ou colégio estabelecia-se dois cursos apenas: o clássico com ênfase em humanidades e o científico em ciências.

Em termos de estrutura o ensino primário vinha sendo formalmente organizado na maioria dos estados desde a Primeira República em dois ciclos: elementar e complementar . A Lei Orgânica fixa a duração do primeiro em quatro anos e o segundo em um ano. A lei orgânica excluía dos cursos técnicos a maior parte da instrução elementar.

1.3.3- Período da Nova República (1946-1963)

Com a derrubada da ditadura Vargas em 1945 processa-se a chamada "redemocratização" do País e uma nova Constituição é promulgada em 1946. Institui a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário ,o direito de todos à educação, bem como a vinculação de percentuais da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino (10% da União, 20% dos Estados e Distrito Federal e Municípios). O Decreto-Lei nº 8 529 de 1946 regulamenta o ensino primário; o Decreto-lei nº 8 530 regulamenta o ensino normal; os decretos nº 8 621 e 8 622 criam o Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. O decreto-lei 9 613 regulamenta o ensino agrícola.

Para que os estados pudessem exercer o direito que a Constituição de 1946 lhes outorgara, e organizar os seus sistemas de ensino, seria preciso esperar que a União legislasse sobre as Diretrizes e Bases, que foi levado à Câmara Federal em 1948. A aprovação ocorreria em dezembro de 1961, depois de uma longa e tumultuada tramitação, onde interesses diversos e controvertidos estiveram em jogo. Paralelamente à Constituição de 1946, as Leis Orgânicas continuaram em vigência, com algumas modificações até 1962.

Com o objetivo de diminuir a preponderância do ensino secundário sobre o profissional e assim elevar e ampliar a demanda do último, foram aprovadas as chamadas "leis de equivalência" – Leis nº 1 076 de 1950 e 1 821 de 1953 que introduziram a possibilidade de articulação do ensino profissional com o secundário. Os candidatos que concluíssem o primeiro ciclo dos cursos profissionais poderiam matricular-se no segundo ciclo dos cursos do secundário e os egressos em qualquer modalidade de ensino superior. Mas em ambos os casos exigia-se a aprovação em "exames de complementação" das matérias não cursadas no primeiro grau ou segundo ciclo do secundário, respectivamente. Em 1953 é criado o Ministério da Educação e Cultura. Em 1957 é criada a Revista de ensino secundário pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES do MEC. Em 1958 é criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA. Alterações substanciais do projeto original de LDB através do substitutivo da emenda Carlos Lacerda e manifesto de cento e oitenta educadores brasileiros contra esta emenda.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 4024 de 1961 dá-se um importante passo no sentido da unificação dos sistemas de ensino e da eliminação do dualismo administrativo herdado do império. Importante decorrência da descentralização prevista pela primeira LDB foi a separação entre órgãos com funções executivas e normativas. Assim, o Ministério da Educação e Cultura e as

Secretarias de Educação deixavam de absorver ambas as funções, criando-se para o exercício das funções normativas o Conselho Federal de Educação – CFE e os Conselhos Estaduais de Educação – CEE. O MEC ficara incumbido de elaborar o Plano Nacional de Educação referente a cada fundo (Fundo Nacional de Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior).

No tocante à estruturação do ensino, a primeira LDB não tinha soluções inovadoras, conservando as grandes linhas da organização anterior. Mantendo o ensino secundário e os vários ramos do profissional diferenciados desde o início do primeiro ciclo, a lei passa apenas a diminuir a distância que os separava e eliminar a condição do privilégio conferida ao secundário pela Lei Orgânica de 1942. Englobou o ensino secundário e o profissional sob a denominação comum de "ensino médio" atribuindo-lhe a finalidade de "formação de adolescentes"; generalizou as denominações de ginásio e colégio, respectivamente para os primeiros e segundos ciclos de todos os ramos; admitiu a equivalência de todos os cursos médios para efeito de continuação dos estudos, já agora independentes de exames ou de qualquer barreira; estabeleceu um currículo de matérias obrigatórias a serem indicadas pelo CFE para todas as modalidades de ensino médio, prevendo um currículo comum para matérias para as duas séries iniciais do primeiro ciclo.

O ensino primário obrigatório continuava a ter quatro séries de duração, facultando-se aos sistemas estaduais o seu prolongamento para seis. O prolongamento, no entanto, não implicava a extensão da escolaridade comum, não existindo equivalência entre os estudos realizados nas 5 ª e 6ª séries e os das duas primeiras séries da escola média. Ao concluinte da 6 ª série facultava-se o ingresso na 2ª ginasial e, ainda assim, exigia-se o exame das disciplinas obrigatórios desta modalidade de ensino. Consideravam os ensino primários e médios tipos específicos e independentes de ensino com conteúdos e finalidades diferentes. A descontinuidade entre o primário e o médio ficava ainda evidente pela exigência de exame de admissão para ingresso no ginásio.

Somente em 1961 efetivou-se a vitória dos educadores da década de 20 e início dos anos 30, ao fixar as diretrizes gerais e as grandes linhas de um sistema nacional de educação. A União passava a assumir a função que lhe cabia de coordenar a ação educativa em todo o país e os Estados a tarefa de organizar os seus respectivos sistemas, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino. Surgem os Centro de Cultura Popular – CPCs ligados à UNE e os Movimentos de Educação de Base – MEB ligado à CNBB, além das idéias do educador Paulo Freire.

Em 1963 grupos de trabalho da Universidade do Brasil elaboram as diretrizes para a reforma desta Universidade. É realizado o primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em Recife.

1.4. A Educação Brasileira dos anos 1964 a 1985.

1.4.1 - Período do Regime Militar (1964 – 1985)

Durante o regime militar instalado em 1964, ocorrera progressiva centralização política e administrativa, evidenciando-se uma contramarcha no apenas iniciado processo de descentralizado estabelecido pela nova LDB. Os planos da educação governamentais foram se tornando importantes instrumentos de atuação e de interferência do Governo Federal; o planejamento da educação que era incumbência do CFE, transferiu-se para os órgãos executivos, que se foi implantado já a partir dos atos institucionais de 1964-66.

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados são os que

vemos em quase todas as nossas escolas: elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiências de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo.

O regime militar instalado no país em 1964, com a deposição do presidente constitucional João Goulart, pretendeu frear os avanços e as conquistas populares que estavam se verificando no período anterior.

No campo político-administrativo, numerosos membros do Poder Legislativo tiveram seus mandados cassados e muitos foram presos e exilados, milhares de funcionários públicos foram destituídos dos seus cargos e submetidos a inquéritos policiais militares, o povo brasileiro viu-se impedido de escolher o Presidente da República, os governadores dos Estados, os prefeitos das capitais e de mais de uma centena de municípios considerados de segurança nacional.

Em termos econômicos, acelerou-se a concentração da riqueza em poucas mãos: a propriedade da terra foi negada àqueles que ela trabalham: a renda urbana e rural, distribuída desigualmente, acentuou-se as desigualdade, tornando os ricos ainda mais ricos e os pobres sempre mais pobres; os salários foram arrochados, ao mesmo tempo em que os preços disparavam.

Numerosos sindicatos foram invadidos pela polícia, milhares de líderes sindicais foram destituídos de seus cargos, muitos foram presos; as greves deixaram de existir em virtude da forte e violenta repressão; o desemprego aumentou.

As condições de vida da população continuaram sempre mais precárias: no campo, sem a propriedade da terra, assistência técnica ou condições de sobreviver, milhões de pessoas foram levadas a migrar para as cidades; estas, inchadas repentinamente por milhões de novos habitantes, tiveram seus problemas multiplicados: a especulação imobiliária, a falta de trabalho, a ausência de saneamento básico e condições de higiene para a maior parte da população, a precária e insuficiente assistência médica e muitos outros fatores conduziram milhões de brasileiros a viverem em favelas,

cortiços, sob viadutos ou nas ruas, sem as mínimas possibilidades de uma vida digna. Como conseqüência, os índices de mortalidade infantil cresceram, as doenças contagiosas aumentaram, fazendo dos brasileiros um povo doente e faminto.

Todo esse processo de empobrecimento e de marginalização do povo brasileiro ocorreu ao mesmo tempo em que as multinacionais de apoderavam de quase todoso os setores da economia nacional. Ao mesmo tempo, a dívida externa do Brasil ultrapassou os 100 bilhões de dólares. Assim, ao nascer, cada brasileiro já deve cerca de 800 dólares.

Os avanços populares também foram contidos na área da educação. Numerosas escolas foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos e exilados, e todas as escolas passaram a ser observadas por agentes de informações do governo, sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Já em 9 de novembro de 1964 foi baixa a Lei nº 4464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda (Ministro da Educação na época). Esta lei procurou acabar com o movimento estudantil, ao transformar as entidades dos estudantes em órgãos dependentes de verbas e orientação do Ministério da Educação. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes; as Uniões estaduais foram substituídas pelos Diretórios estaduais. Os estudantes não podiam se reunir, discutir seus problemas, reivindicar mais vagas e melhores condições de ensino.

Entretanto, mesmo ilegal e com sua sede (Rio de Janeiro) toda pela polícia e interditada, a UNE continuou a atuar clandestinamente, da mesma forma que as Uniões estaduais e outras entidades colocadas na ilegalidade. Assim foi que, em março de 1968, no restaurante universitário Calabouço (Rio de Janeiro), durante uma manifestação estudantil, o estudante Edson Luís de Lima Souto foi morto pela polícia, provocando uma passeata de protesto que teve a participação de mais de 100 000 pessoas.

Ainda no mesmo ano, em outubro, realizava-se no município de Ibiúna (São Paulo) o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, quando o local foi invadido por mais de 250 policiais. Cerca de novecentos estudantes, procedentes de todos os Estados do país, foram presos e conduzidos ao Presídio Tiradentes, na capital do Estado. Lá permaneceram sendo interrogados por cerca de uma semana, ao fim da qual a maior parte deles foi libertada, depois de fotografados e fichados.

Segunda-feira, 13 de dezembro de 1968: o país é submetido ao Ato Institucional nº 5, dando plenos poderes ao Presidente para fechar o Congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos, etc. Os estudantes, professores e funcionários também teriam o seu AI-5; foi o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, do qual destacamos seu artigo 1º:

- "Art. 1°. Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:
- I alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza,
 dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;
- III pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles
 ou comícios não autorizados, ou deles participe;
- IV conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material
 subversivo de qualquer natureza;
- V seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente,
 funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário á moral ou à ordem pública.

§ 1º as infrações definidas neste artigo serão punidas :

 I – se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II – se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de (5) anos.

§ 3º - Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional".

Apesar da anistia concedida em 1979, as entidades estudantis – UNE e Uniões estaduais – só voltaram à legalidade em 1985.

A Lei nº 5 692, de 11 de agosto de 1971, que reformou o ensino de 1º e 2º graus, foi imposta pelo governo e sem discussão e sem a participação de estudantes, professores e outros setores sociais interessados.

O projeto de lei foi submetido ao Congresso nos ternos do artigo 51, parágrafos 2º e 3º da Constituição de 1969: o Congresso Nacional deveria apreciar a matéria num prazo de quarenta dias; se não o fizesse, o projeto seria considerado automaticamente aprovado por decurso de prazo. Que diferença em relação à lei nº 4 024/61, que por treze anos foi discutida pelo Congresso e pela sociedade!

Mas a lei foi aprovada no prazo previsto, já que a maioria dos congressistas pertencia à Arena (Aliança Renovadora Nacional), o partido do governo. A sessão conjunta do Congresso Nacional que aprovou a reforma durou apenas duas horas e meia e discursaram somente quatro

deputados. E o ensino de 1º e 2º graus foi, assim, rapidamente reformado, ao menos em ternos legais, de acordo com a orientação imposta pelo governo, sem participação popular.

Vejamos rapidamente o que estabeleceu a reforma de 1971 quanto aos objetivos, à estrutura e aos conteúdos do ensino de 1º e 2º graus.

Como objetivos gerais da educação nacional foram mantidos os mesmos estabelecidos pela Lei nº 4 024/61, que já estudamos... Quanto ao ensino de 1º e 2º graus, o artigo 1º da Lei nº 45 691/71, modificado pela Lei nº 7 044/82, estabelece o seguinte objetivo: "O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania".

Trata-se de um objetivo perfeitamente adequado às responsabilidades que cabem à educação escolar, tanto na formação pessoal quanto na preparação do indivíduo para a vida social. O que acontece, no entanto, é que a lei está longe de ser posta em prática. No Brasil, de modo geral, a maioria dos alunos que conseguem iniciar seus estudos não conseguem desenvolver suas potencialidades, não conseguem auto-realizar-se e não conseguem preparar-se para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. Mesmo porque o trabalho está difícil e mal pago, e a participação política consciente não é permitida à maioria dos cidadãos.

A reforma de 1971 modificou a estrutura anterior do ensino. O antigo curso primário (de quatro a seis anos) e o antigo ginásio foram unificados num único curso de 1º grau, com duração de oito anos.

Os ramos profissionais existentes no antigo ginásio – industrial, comercial, agrícola e normal – desapareceram. O ensino de 1º grau não oferece formação profissional, mas destina-se tão-somente á educação geral. Esta solução – aconselhável e oportuna quando todos os alunos (ou pelo menos a maioria deles) conseguem chegar ao 2º grau – parece-nos inadequada no caso

brasileiro. Mais de 80% dos alunos que iniciam o 1º grau não conseguem chegar ao início do 2º grau, deixando a escola sem nenhum preparo profissional e descumprindo um dos objetivos legais do ensino.

Pela reforma de 1971 o ensino de 2º grau tornou-se todo ele profissionalizante. O aluno só poderia concluí-lo mediante a obtenção de um diploma de auxiliar técnico (três anos) ou de técnico (quatro anos). Mais de duzentas habilitações profissionais foram regulamentadas pelo Conselho Federal de Educação. Para ingressar no ensino superior bastaria a conclusão do 3º ano e a classificação no concurso vestibular.

A partir de 1983, por força da Lei nº 7 044, de 18 de outubro de 1982, os estabelecimentos ficaram livres para oferecer ou não a habilitação profissional. O que observamos é que a Lei de 1971 estabeleceu um verdadeiro caos no antigo ciclo colegial e atual ensino de 2º grau: todos os estabelecimentos foram obrigados a implantar habilitações profissionais, mesmo sem as mínimas condições para tanto. O que se verificou, então, foi que grande parte dos estabelecimentos procurou burlar a lei ou cumpri-la de forma mais fácil possível:

- Alguns elaboravam um currículo oficial para a fiscalização ver e outro, com matérias diferentes, para os estudantes prepararem-se para o vestibular;
- Muitos estabelecimentos implantaram as habilitações mais baratas, que exigissem menos recursos, mesmo que não houvesse mercado de trabalho, etc.

A reforma de 1971 aumentou o número de matérias obrigatórias em todo o território Nacional. Sem contar o ensino religioso, facultativo para os alunos, o núcleo comum obrigatório passou a abranger dez conteúdos específicos: um de Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa); três de Estudos Sociais (Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil); dois de Ciências (Matemática e Ciências Físicas e Biológicas); quatro Práticas Educativas (Educação Física, Educação Artística; Educação Moral e Cívica e Programas de Saúde).

Como consequência ficou prejudicada a liberdade dos sistemas estaduais e dos estabelecimentos de introduzirem outras matérias. Disciplinas mais reflexivas – que podem favorecer a discussão crítica como Filosofia, Sociologia, Psicologia, etc. – deixaram de ser ministradas no ensino de 2º grau.

1.4.2 - Como ficamos?

No final do século XX, apesar de esforços isolados de educadores e de grupos ou, em alguns períodos, do próprio governo, continuamos a enfrentar sérios problemas no campo educacional. Da solução desses problemas depende em parte a construção de um pais melhor para todos os brasileiros.

Os números de que dispomos mostram que, mesmo em termos quantitativos, avançamos muito pouco. A maioria dos brasileiros continua excluída das oportunidades educacionais.

A taxa de analfabetismo, embora tenha diminuído constantemente, ainda se mantém elevada.

Um dos mais graves problemas da educação escolar brasileira é a sua alta seletividade. A escola continua excluindo a grande maioria dos alunos que a procuram.

A exclusão da escola verifica-se já durante o 1º grau, para a grande maioria. Aproximadamente 18% dos que iniciam o 1º grau conseguem terminá-lo. Em grande parte, a responsabilidade por essa exclusão cabe às precárias condições sócio-econômicas, à inadequação da escola e, como conseqüência, ao elevado índice de repetência nas primeiras séries.

Quase a metade dos alunos matriculados na 1ª série não chegam à 2ª série no início do ano seguinte; cerca de 19% dos brasileiros com quinze anos e mais são analfabetos; mais de 80% dos que iniciam o 1º grau deixam a escola antes de chegar ao 2º grau; em 1989, aproximadamente 5 milhões de crianças de sete a catorze anos estavam fora da escola. Estes e outros dados mostram que a nossa realidade educacional não é nada promissora. Entretanto, existem tendências e perspectivas, principalmente a partir da organização de educadores e comunidades, que nos levam a prever dias melhores para a educação brasileira.

Em 1966 é promulgado o decreto-lei nº 53 objetivando a reforma universitária como a instituição de ensino e pesquisa. É instituído o acordo MEC – USAID para assessoria ao ensino brasileiro (atinge a formação de educadores, ensino primário, universidades e ensino médio). Neste mesmo ano dados apontam que de cada mil alunos que entram na 1 ª série no ano de 1963, cento e sessenta e cinco passam para a 5 ª série do 1º grau. A Lei 5.530 cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. O índice de analfabetismo no Brasil é de 32,05%.

Em 1968 segundo dados do MEC de cada mil alunos que entraram na 1ª série no ano de 1963, cento e trinta e três passam para a 6ª série do 1º grau. A repressão aos movimentos estudantis e sociais é cada vez mais forte bem com as pressões deste grupos por reformas. A Lei 5.537 de 21 de novembro cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE. A Lei 5.540/68 fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior. Em 1969 segundo o MEC de cada mil alunos que ingressam na 1ª série apenas cento e quinze passam para a 7 ª série do 1º grau. Neste mesmo ano entra em vigor o Decreto-Lei 477 aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, de caráter político com o objetivo de banir o movimento estudantil.

Em 1970 de acordo com o MEC de cada mil alunos na 1ª série no ano de 1963, cento e um passam para a 8 ª série do 1º grau. Começa a funcionar de fato o MOBRAL criado para acabar com

o analfabetismo. O decreto nº 68.908 resolve a crise dos chamados "excedentes" com a criação do vestibular classificatório.

O educador brasileiro Paulo Freire funda em Genebra onde se encontra exilado junto com outros brasileiros, o Instituto de Ação Cultural – IDAC e publica a obra "Pedagogia do Oprimido".

Em 1971, segundo o MEC de cada mil alunos que ingressam na 1ª série apenas cem passam para a 1ª série do 2º grau.

Coube ao Ministério do Planejamento - instalado em 1964 - assumir a liderança no processo de planejamento da educação. As novas leis da educação nacional, aprovadas na vigência da Emenda Constitucional de 1969 – Leis nº 5.540/68 e 5.692/71, refletiram a tendência centralista tanto pelo conteúdo e regulamentação de alguns assuntos que antes ficava, a cargo dos estados. Com a promulgação da nova LDB, elaborada em 30 dias, acontece a regulamentação do ensino de Primeiro e Segundo Graus. Entre outras determinações, amplia a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutina o antigo primário com o ginasial, suprimindo os exames de admissão e criando a escola única profissionalizante. A resolução nº 08 do Conselho Federal de Educação fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus definindo seus objetivos e a amplitude. O parecer 853 do CFE define a doutrina de currículo, indica os conteúdos de núcleo comum, apresenta o conceito de matéria, orienta suas formas de tratamento e integração, indica os objetivos das áreas de estudo e os do processo educativo, remetendo-os ao objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus e aos fins da educação brasileira. O decreto 68.908 dispõe sobre o concurso vestibular. Em 1972, segundo dados do MEC, de cada mil alunos que entram na 1ª série do 1º grau no ano de 1963, oitenta e cinco alunos passam para o 2º grau. O parecer nº 45 do CFE, fixa o currículo mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins do ensino de 2º grau. Em 1973, segundo dados do MEC, de cada mil alunos que entram na 1ª série do 1º grau no ano de 1963 apenas setenta e cinco passam para a 3 ª série do 2º grau. Em 1974, segundo o MEC, de cada mil alunos que ingressam na 1ª série do 1º grau no ano de 1963, setenta entram numa faculdade. Em 1977 a portaria nº 505 do MEC aprova diretrizes básicas para o ensino de Moral e Cívica nos cursos de 1º e 2º graus e de Estudos de Problemas Brasileiros no ensino superior.

Em relação á organização do ensino, a principal mudança introduzida dizia respeito à unificação do ensino primário com o primeiro ciclo do ensino médio – constituindo o primeiro grau – o que significou o prolongamento da escola única, comum e continua de oito anos-séries adiandose a diversificação dos estudos para o 2º grau.

Ampliação da escolaridade obrigatória determinada pela constituição de 1967 e de tendência universal, já evidente no panorama educacional brasileiro anterior à Lei nº 5.692/71.

Também no segundo ciclo da escola média, pretendeu-se eliminar o dualismo das escolas profissionalizantes e acadêmicas, integrando-se os vários ramos dos cursos colegiais num ensino de segundo grau orientado para uma habilitação profissional. A profissionalização obrigatória não chegou a ser efetivamente implementada, seja na rede particular, seja na pública. Foi relativizada pelos decretos nºs 76/75 que introduziu as habilitações básicas destinadas a fornecer uma formação geral para o trabalho a ser completada nas empresas. A Lei nº 7.044/82, aboliu a obrigatoriedade da profissionalização do ensino de 2º grau. Em 1980, segundo dados do IBGE, a população brasileira em idade escolar é de 22.968.515, da qual 7.540.451 não freqüentam a escola (cerca de um terço).

Na área rural, a população brasileira em idade escolar é de 9.229.511 para 4.816.806 que freqüentam a escola. O índice de analfabetismo no Brasil é 25,5%.

O parecer nº 342 do Conselho Federal de Educação coloca a Filosofia como disciplina optativa. A Lei 7.044 altera dispositivos da Lei 5.692/71, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, implicando em algumas mudanças na proposta curricular, dispensando as escolas da obrigatoriedade da profissionalização voltando à ênfase para a formação geral. Em 1985 o

MOBRAL é extinto e criado o projeto educar. Em 1987 apenas 31,1% do total dos gastos da União foram destinados à educação. Segundo dados do INEP, 22,8% dos alunos repetiram a 1ª série do 1º grau; 22,5% repetiram a 5 ª série ; as taxas de evasão foram de 15,2% na 1ª série e 18,9% na 5 ª série; as taxas de evasão foram de 15,2 % na 1ª série e 18,9% na 5 ª série. Apenas 32,21% dos alunos completam o 1] grau. Apenas 10,6% do total dos gatos das União foram destinados à educação. Em 1989 o Tribunal Superior Eleitoral – TSE divulga uma pesquisa em que 68% dos eleitores são analfabetos, semi-analfabetos ou não completaram o 1º grau e apenas 4,6% dos gastos da União foram com a educação. O deputado Jorge Hage envia à Câmara um substitutivo ao projeto que propõe fixar as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

A nova Constituição aprovada em 1988 sob a bandeira da redemocratização, não se afastou da divisão de competências fixadas pela Constituinte de 1934, conservando as mesmas atribuições para a União. Porém, a responsabilidade pela organização dos sistemas de ensino deixa de ser exclusivas dos estados, reconhecendo a existência dos sistemas municipais e admitindo-se a competência concorrente. Em 1990 é criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania com o objetivo de reduzir em até 70% o número de analfabetos até 1995. Apenas 2,4% do total dos gastos com a União foram destinados à educação. O eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais concentram 55% do total de estudantes universitários. O índice de analfabetismo é de 18%. Em 1992, as disciplinas OSPB — Organização Social e Política do Brasil e EPB — Estudos dos Problemas Brasileiros, deixam de ser obrigatórias. A população analfabeta com dez anos ou mais é de 16,5%.

O senador Darcy Ribeiro apresenta na Câmara um novo projeto que propõe fixar as diretrizes e bases da educação nacional.

Em 1993, segundo relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica cerca de 59% dos professores não prestaram concurso público, foram indicados por políticos ou técnicos. É

criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. As mulheres com idade média de 33,6 anos, constituem 83,3% do contingente de professores do 1º grau. Em 1994 a medida provisória de 18 de outubro de 994, extingue o Conselho Federal de Educação e cria o Conselho Nacional de Educação vinculado ao MEC. Esta mudança torna o conselho menos burocrático e mais político. Em 1995 o governo envia ao Congresso uma emenda constitucional que propõe a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor – FUNDEF. Em 1996 a população analfabeta com dez anos ou mais é de 13,8% e é promulgada a nova LDB, sob o nº 9.394/96. Em 1998, é criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

5. A Educação na Nova Constituição

5.1- . Abertura política

A partir da abertura política imposta pelo governo brasileiro, se estabelecia um ponto marcante para a reestruturação da educação no Brasil. Decretada pelo então presidente da república, general João Batista Figueiredo, a anistia política, que era chamada por alguns, favorecia a volta de muitos exilados políticos ao país, como políticos e artistas.

Nas escolas, o professor que não concordava com perseguições, passava agora a ter um pouco de liberdade para ministrar suas aulas, questionando junto aos alunos o que estava certo ou errado e tentar auxiliá-los em suas convicções e etc.

Não se pode afirmar que com o fim da ditadura militar os problemas referentes ao sistema educacional foram resolvidos; mas, sim, continuaram e além disso, muitos políticos passaram a idealizar uma educação melhor, iniciando uma luta sem igual em prol desta causa. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, novas conquistas foram conseguidas.

Aqueles que esperavam mudanças radicais com a posse do primeiro presidente civil, após 21 anos de governos militares, em 15 de março de 1985, desiludiram-se amargamente. Um processo de intensa mobilização popular, em que milhões de pessoas foram às ruas reclamar eleições diretas para presidente da República, foi praticamente desconhecido pelas elites políticas, que escolheram, via Colégio Eleitoral, o presidente que teria o encargo de fazer a "transição para a democracia".

Apesar de evidentes conquistas políticas – anistia política em 1979 e 1985; eleições diretas para governadores, a partir de 1982, e para prefeitos das capitais, a partir de 1985; relativa liberdade de organização partidária; nova Constituição, etc. – que representaram um avanço democrático, só em 1989 é que teríamos eleições diretas para presidente da República, e muita coisa está por fazer, no sentido de que o povo brasileiro alcance as condições mínimas de uma vida digna.

No campo econômico, o fracasso do Plano Cruzado, e das iniciativas subseqüentes, contribuiu decisivamente para reduzir a quase zero a credibilidade governamental para resolver os problemas da área. Desse modo, sob a capa da "Nova República", abrigaram-se os "velhos" políticos, e o clientelismo e a corrupção, nossos velhos conhecidos, continuaram tão ou mais desenvoltos que antes, conspurcando de alto a baixo a política nacional, e elevando os interesses particulares muito acima dos interesses globais da sociedade.

Instalada em 1º de fevereiro de 1987, a Assembléia Nacional Constituinte provocou intensa articulação de entidades representativas dos diversos setores sociais, todas interessadas em fazer prevalecer suas propostas no novo texto constitucional. As "emendas populares" alcançaram milhões de assinaturas, numa tentativa de fazer com que o povo passasse a influir diretamente sobre os trabalhos constituintes.

No campo educacional também foram intensos os debates. Mais uma vez colocaram-se em lados opostos os privatistas – que reivindicavam, entre outras coisas, verbas públicas para a escola particular – e os defensores da escola pública e gratuita para todos, em todos os níveis.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, vinte meses depois após o início dos trabalhos, a nova Constituição incluiu as seguintes diretrizes relativas à educação:

Em linhas gerais, foram incorporados ao novo texto constitucional os objetivos atribuídos ao ensino de 1° e 2° graus pela lei nº 5 692/71. O artigo 205 da nova Carta ficou com a seguinte redação: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Destaque-se a menção ao dever da família e à colaboração da sociedade, excluída dos princípios expressos no Manifesto do Fórum, que centraliza sua atenções no dever do Estado em matéria de educação:

Segundo o artigo 206, "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V valorização dos profissionais de ensino (...);
- VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII garantia de padrão de qualidade".

São princípios que, sem dúvida, constituem avanços em relação aos textos constitucionais anteriores, que não faziam referencia à "permanência na escola", ao "pluralismo de idéias e de concepções", à "valorização dos profissionais do ensino", à "gestão democrática". Garante-se, por outro lado, a existência de instituições privadas de ensino, as quais, de acordo com o artigo 209, deverão cumprir as "normas gerais da educação nacional" e submeter-se a "autorização e avaliação de qualidade pelo poder público".

O Estado, conforme o artigo 208, cumprirá o seu dever com a educação, garantindo:

"I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,
 preferencialmente na rede oficial de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

 V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência á saúde".

Se o Estado realmente cumprir os deveres mencionados, teremos em pouco tempo uma nova realidade educacional no País, bem diferente da atual, em que a maioria da população sequer

completa o 1º grau. O mesmo artigo permite inclusive, em seu parágrafo 2º, responsabilizar a autoridade competente pelo não-oferecimento ou pela oferta irregular do ensino obrigatório.

Resta á sociedade, em especial aos trabalhadores e a suas entidades representativas, permanecer a postos na exigência do cumprimento de tais obrigações pelo Estado e da extensão das mesmas, mediante a conquista de um ensino público e gratuito para todos, em todos os níveis.

O artigo 210 da C.F. determina a fixação de "conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais". No mesmo artigo, parágrafo 1°, é mantido o ensino religioso, de matrícula facultativa, no ensino fundamental das escolas públicas, e, no parágrafo 2°, se determina que "o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem".

Digna de nota, sem dúvida, é a persistência do ensino religioso, apesar de todas as manifestações contrárias, desde a sua volta na Constituição de 1934 e favoráveis ao ensino laico nas escolas públicas. Quanto à língua utilizada no ensino fundamental, louve-se a permissão para que as comunidades indígenas possam aprender em suas línguas maternas, sem excluir, contudo, a língua portuguesa.

Os índices mínimos da receita a ser aplicada na manutenção e desenvolvimento do ensino pela União e pelos Estados, Distrito Federal e municípios, conforme o artigo 212, foram fixados em 18% e 25% respectivamente. No caso da União, portanto, o índice ficou 5% acima daquele reivindicado pelo Fórum da Educação na Constituinte, que foi de 13%.

Entretanto, as verbas públicas não serão destinadas exclusivamente às escolas públicas: conforme o artigo 213, os recursos públicos poderão "ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei", desde que comprovem finalidade não-lucrativa,

apliquem seus excedentes em educação, e destinem seu patrimônio a outra escola ou ao Poder Público, em caso de encerramento de suas atividades.

A Constituição, em seu artigo 214, remete à lei complementar a formulação do "plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam a:

- I erradicação do analfabetismo;
- II universalização do atendimento escolar;
- III melhoria da qualidade do ensino;
- IV formação para o trabalho;
- V promoção humanística, cientifica e tecnológica do País".

Propósitos mais do que louváveis, mas que, de uma forma ou de outra, estiveram sempre presente, se não em todas as Constituições, na maioria de nossas leis educacionais e nas intenções aparentes de nossos políticos, ao menos nos períodos de campanha eleitoral.

Mais do que de palavras e de normas legais precisamos, portanto, da ação concreta dos poderes públicos em cumprimento a sua obrigações constitucionais. E, tenhamos certeza, tal cumprimento será diretamente proporcional ao grau de consciência, de organização e de cobrança da população acerca dos seus direitos fundamentais, entre os quais está, sem dúvida, o direito à educação.

5.2. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Os dispositivos citados anteriormente, que constituem apenas uma parte dos que se referem à educação na nova Constituição, suscitam algumas perguntas: Será que normas tão minuciosas e

específicas deveriam fazer parte da Constituição? Esta não deveria conter apenas os princípios mais gerais, deixando à legislação complementar e aos próprios sistemas e estabelecimentos de ensino a formulação de normas mais detalhadas?

Tomemos apenas um exemplo: no caso dos deveres do Estado em matéria de educação (art. 208), não seria suficiente que a Constituição afirmasse o dever do Estado no sentido de oferecer um ensino público, gratuito e de boa qualidade a todos ou, ao menos, no nível básico, prevendo sua extensão progressiva aos demais níveis? Haveria necessidade de mencionar explicitamente os portadores de deficiência, as crianças de zero a seis anos, o ensino noturno regular, os programas suplementares?

É verdade que tais menções constituem um argumento a mais para todos quantos precisam lutar pelo respeito a seus direitos mínimos, agora reconhecidos constitucionalmente. No entanto, talvez muitos desses preceitos estivessem melhor situados numa legislação complementar.

Mesmo uma lei de diretrizes e bases da educação não deve constituir uma camisa-de-força a dificultar a iniciativa dos sistemas e estabelecimentos de ensino, que devem desfrutar de liberdade e autonomia para adaptar-se às suas situações peculiares, para enfrentar seus problemas específicos mediante o desenvolvimento de projetos próprios. É claro que tal possibilidade não deve descartar uma base nacional comum, em termos de fins e conteúdos do ensino. Deve-se acentuar, contudo, que se trata de uma base, sobre a qual cada sistema e cada estabelecimento poderá construir seu edifício escolar.

A Constituição, em seu artigo 207, garante à universidades "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (...)". Um certo grau de autonomia constituíra, certamente, um estímulo para que professores, alunos, funcionários e comunidades vinculados a escolas de 1° e 2° graus desenvolvam seus projetos educacionais, levando em conta suas reais necessidades e os recursos disponíveis.

A Constituição de 1934 foi a primeira dar à União a competência para "traçar as diretrizes da educação nacional" (art. 5°, XIV).

Na Constituição de 1937 aparece pela primeira vez a palavra "bases", quando se atribui à União a competência privativa para "fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude" (art. 15, IX.). Já a Constituição de 1946 adota a expressão que foi mantida nas Cartas posteriores ao estabelecer competência da União para "legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional" (art. 5°, IV, d).

Apesar de tais dispositivos constitucionais, a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional, englobando todos os grau e modalidades de ensino, só foi promulgada em 1961 (Lei nº 4 024/61).

Entretanto, não obstante a difícil gestação, não demorou uma década para ser modificada. E o foi por duas leis diferentes, que voltaram a legislar separadamente sobre o ensino superior e o ensino de 1° e 2° graus: a Lei n° 5 540, de 28 de novembro de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior, e a Lei n° 5 692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2° graus.

Ao mesmo tempo em que se mobilizavam para defender suas propostas na Constituinte, os educadores brasileiros passaram a preocupar-se com a nova lei de diretrizes e bases da educação, que seria elaborada a partir das novas normais constitucionais. Em todos os encontros realizados depois de 1988, as diversas entidades representativas dos educadores ofereceram sugestões e defenderam princípios para serem incluídos na nova lei, que voltaria a compreender todos os graus e modalidades de ensino.

Propostos pelo deputado Octávio Elísio, ainda em novembro de 1988, o novo projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional teve uma tramitação tumultuada de oito anos no

Congresso Nacional. Aprovado com substanciais modificações na Câmara, foi enviado ao Senado em maio de 1993. No Senado foi substituído por um novo projeto de autoria do senador Darcy Ribeiro. Voltou depois à Câmara, onde foi aprovado com poucas alterações. Foi finalmente sancionado pelo presidente da República no dia 20 de dezembro de 1996, data do 35º aniversário da primeira LDB, como lei nº 9.394/96.

Dentre as importantes inovações introduzidas pela nova lei estão as seguintes:

- a gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme normas a serem definidas pelos sistemas de ensino, de acordo com as suas peculiaridades e os seguintes princípios (art. 14);
- I participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola;
 II participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- Progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, assegurada às unidades escolares públicas de educação básica pelos sistemas de ensino (art. 15).
- nova composição dos níveis escolares, com novas denominações. Conforme o art. 21, a educação escolar compõe-se de:
 - I educação básica, formada pela educação infantil (pré-escola), ensino fundamental
 (antigo 1º grau) e ensino médio (antigo 2º grau);
 - II educação superior.
- oportunidades educacionais apropriadas, asseguradas gratuitamente pelos sistemas de ensino, para jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (art. 37, § 1°).

- educação profissional desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (art. 40).
- educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais (art. 58).

6. A educação no Brasil nos últimos 10 anos:

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro ano de mandato do governo Lula, pode-se observar algumas melhorias na educação, pois muitos programas como: EJA, ACELERAÇÃO, PETI, BOLSA ESCOLA, foram criados com o objetivo de manter os alunos em sala de aula.

Pressupõe-se que estas melhorias foram criadas, por determinações das instituições financeiras internacionais, como : Banco Mundial que investe muito na educação brasileira, mas em contrapartida, exige que algumas metas sejam cumpridas. Eis algumas delas:

- a que os alunos terminem o ano letivo e não venham a se evadir;
- b queda do índice de reprovação;
- c diminuição da repetência.

Finalizando, mister se faz acrescentar que o atual presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, ainda em campanha política para a divulgação de seu programa de governo, demonstrou por várias vezes a sua preocupação com o sistema de ensino brasileiro, no que se refere à aprendizagem, repetência, distorção idade série, valorização do professor, reprovação e a

permanência do aluno na escola, até o término do ano letivo, principalmente aqueles que são obrigados a deixar de estudar, para trabalhar.

Em março de 2003, na cidade de Piranópoles, no estado de Goiás, 23 governadores se reuniram para tentar encontrar meios que venham amenizar os problemas que o Brasil vem enfrentando ao longo do seu processo histórico e cobrar o governo federal. Seu plano de governo foi apresentado aos brasileiros através dos meios de comunicações existentes no país. Esta reunião contou também com a presença do ministro da educação, Cristóvão Buarque, já que a educação em todos os seus níveis, também foi uma das preocupações do presidente Lula, quando ainda estava em campanha para a sua eleição. Ciente das reivindicações dos governadores, o ministro prometeu fazer tudo que fosse possível para solucionar os problemas relacionados à educação no país.

A situação de Rondon do Pará, não é diferente das outras regiões brasileiras, que antes eram área de atração, proporcionando uma grande corrida de emigrantes em busca de melhoria de seu padrão de vida e acumulação de patrimônio para outros.

Mas, nos últimos 10 anos, com o declínio do extrativismo vegetal, a principal fonte de renda do município, Rondon do Pará vem mudando a sua economia, sociedade e também transformando em área de abandono. Com isso, muitos jovens que ainda dependem de seus pais, também são obrigados a deixar os estudos para segui-los; e conseqüentemente, estudar deixa de ser também o mais importante para eles.

Além disso, a Lei 9394/96 também está voltada para a melhoria do conhecimento do corpo docente, incentivando aos gestores municipais a criação de mecanismos para o professor fazer cursos novos, visando a melhoria de suas intelectualidades para melhor ministrar suas aulas.

Art. 23 - a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na

competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

- § 1° A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências ente estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.
- § 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

O citado artigo define as formas organizacionais da educação básica que pode ser por: series anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.

Prevê a adequação do calendário escolar á realidade local sem redução da carga horária letiva prevista na Lei. Faz-se necessário atentar para tanta flexibilidade organizacional. A adequação do calendário é assunto tratado em outras leis e pouco viabilizado em termos práticos.

- **Artigo 24** A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
- I a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;
- II a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental,
 pode ser feita:
- a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
 - b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III – nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observada as normas do respectivo sistema de ensino;

 IV – poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
 - b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
 - c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
 - d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo,
 para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

O Artigo 24 trata das regras de organização da educação básica nos níveis fundamental e médio: Carga horária mínima anual de oitocentas horas com o número mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar; Cassificação e progressão regular e parcial por série e rganização de classes com alunos de séries distintas (multisseriada).

O Artigo 28, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

 I – conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

 II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O art. 28 define adaptações na oferta da educação básica para a população rural, prevendo-as de acordo com as peculiaridades regionais, cuidando do currículo, metodologias, adequação de calendário escolar e natureza do trabalho na zona rural.

Embora na definição curricular (Arts. 26, 27, 28) esteja prevista uma base nacional comum, não fica claro onde ela será definida. Pressupõe-se que seja estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (atende art. 9, IV), ou estará arrolada na definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que também estão ligados às ações do CNE.

Ao que se refere a nova LDB, considero mister,a firmar que para a população rural há significativas contribuições, já que se começa a ter mais respeito pela escolarização da população brasileira concentrada nas áreas rurais.

Apesar da lei, poucas coisas foram mudando ao longo dessas décadas de escolarização pública gratuita e universal.

Para a realidade por mim investigada posso afirmar que poucas mudanças foram feitas, no próximo capítulo irei deter-me em analisar o município Rondon do Pará, município o qual trabalho na zona rural.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL: RETRATANDO UMA REALIDADE EDUCATIVA DE RONDON DO PARÁ

2.1- Educação Rural em Rondon do Pará.

O município de Rondon do Pará está localizado no Km 86 da BR-222. Seu primeiro nome foi *CANDANGOLÂNDIA*, em homenagem aos primeiros exploradores da região, passando a se chamar Rondon do Pará em virtude da implantação do projeto Rondon em 1969.

Na zona Rural há em média 61 escolas mantidas pela Secretaria Municipal de Educação e acompanhadas pelo Departamento de Apoio e inspeção das escolas rurais (DAIER). O ensino médio é ofertado através do Sistema Modular de Ensino (SOME), mantido pela Secretaria Executiva de Educação do Estado (SEDUC).

Nas escolas rurais em Rondon é ofertado o ensino fundamental (1ª a 8ª séries), o qual está organizado da seguinte forma: a) de 1ª a 4ª séries, funcionando em salas seriadas e multisseriadas que acompanham o calendário anual e o currículo das escolas urbanas e b) de 5ª a 8ª séries o ensino regular, que funciona em escolas rurais mais próximas do centro urbano. Os professores também atendem a escolas da zona urbana.

O programa modular, que concentra os alunos em *escolas-pólo*, onde as aulas são ministradas durante o ano letivo em módulos, sendo que a cada período é ofertada 01 (uma) disciplina de

acordo com o calendário escolar apresentado pelo DAIER. Também há escolas em que o sistema modular funciona com professores que ministram todas as disciplinas.

A maioria dessas escolas rurais localiza-se em áreas de difícil acesso e apresentam precárias condições para funcionamento tais como: estrutura física de enchimento ou de madeira de baixa qualidade, salas sem portas, telhado destruído pelas chuvas, inexistência de luz elétrica em algumas dessas escolas, número insuficiente de cadeiras escolares e quadro de giz com condições mínimas de uso. Institucionalmente essas escolas estão condicionadas às escolas urbanas, pois são seus anexos, uma vez que ainda não passaram pelo processo de autorização e reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA). (OLIVEIRA, 2003: 45)

O acompanhamento das escolas rurais é realizada pelo Departamento de apoio e Inspeção das escolas rurais (DAIER), o aspecto pedagógico-administrativo da escola é de responsabilidade dos técnicos, que vão acumulando tarefas e tendo que lidar com o acompanhamento e assessoria pedagógica nas várias áreas do conhecimento. (OLIVEIRA, 2003:46)

Analisando está realidade rondonense, compreendo que o Estado, sociedade jurídica responsável pelo ordenamento social, sempre esteve preocupado com a produtividade econômica do país, muitas vezes deslegitimou as lutas e reivindicações populares por garantia de seus direitos sociais. Assim o Estado, representando a classe que se encontra no poder, para cumprir suas metas e garantir sua hegemonia dentro da estrutura social, desemboca parte de suas ações para a manutenção da ordem social através das escolas.

Desta forma, a escola rural também é chamada para se ajustar as políticas educacionais estabelecidas pelo projeto governamental, entretanto ainda há uma grande desigualdade na forma como as populações do campo e da cidade são tratadas, enquanto o setor urbano é tido como avançado e desenvolvido, o setor rural, ainda é considerado como atrasado e inferior, dentre outros adjetivos de caráter pejorativo dirigido ao campo e suas populações. Assim Calazans afirma que "a educação rural em primeiro lugar, apesar de numerosos programas desenvolvido, sempre representou uma fatia muito pequena e marginal nas preocupações do setor público". (Calazans, 1981:162).

No período de 1930², o Ministério da Agricultura financiou os primeiros programas de escolarização, voltados para a população rural com o objetivo de formar o trabalhador com qualificação profissional que atendessem aos interesses da nova ordem estabelecida no país. Entre esses programas podemos citar: a) a criação da Comissão Brasileiro-americana de Educação das populações Rurais (CBAR) que tinha como objetivo, investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida rural brasileira; contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo; preparar técnicas para atender as necessidades da educação de base, etc. b) Centro de Treinamento; c) Semanas Ruralistas; d) Clubes Agrícolas; e) Campanha Nacional de Educação Rural (CNER); f) Serviço Social Rural (SSR), que mantinha um sistema de conselhos regionais, sediados nas capitais dos Estados em todo território brasileiro.

Apesar desses programas e da expansão capitalista, as escolas rurais sempre passaram por precariedades e limitações, tanto de materiais didáticos, infra-estrutura e, até mesmo, de profissionais qualificados que não se sentiam atraídos pelo trabalho nessas áreas de difícil acesso. Assim, quem acabava assumindo os trabalhos docentes, na maioria dos casos, era uma pessoa da própria comunidade sem formação específica: professores com baixa que lecionavam em salas multisseriadas.

Quando por exemplo analisamos especificamente a educação rural, no âmbito escolar, encontramos os mecanismos políticos e sociais de reprodução social apresentado a partir das políticas educacionais que são implementadas, numa tentativa em igualar a educação rural à urbana, desvaloriza as diferenças históricas e culturais que se constroem dentro dos processos educativos que se desencadeiam no interior das relações sociais.

² Governo de Vargas.

"A nova forma de trabalho precisa ser recrutada dentro da nova configuração da sociedade de classes. Isso implica dizer que a qualificação de mão-de-obra foi se tornando cada vez mais necessária e urgente com o processo de industrialização que acabou favorecendo a implantação definitiva do capital industrial estrangeiro no Brasil e também modificando o horizonte cultural, fazendo com que as camadas da população, principalmente as mais atingidas por esse processo – de industrialização – começassem, através das organizações populares, a pressionar com maior fervor o Estado, pela implantação de escolas públicas e gratuitas, chegando a obrigar os grandes latifundiários a aceitar tais mudanças, permitindo, assim, a instalação de escolas em áreas de suas propriedades" (FREITAG, 1986:53).

O objetivo central dos programas do período de Vargas era o desenvolvimento e a intensificação do processo de escolarização do meio rural, entretanto não obtiveram muito êxito, pois em sua maioria, foram e ainda representam os interesse defendidos pelo governo e geralmente elaborados por outros países, principalmente os Estados Unidos da América. Na implantação dos programas, não fora levado em consideração as especificidades de cada região, ou seja, não houve estudos ou pesquisas que apontassem as reais necessidades e os problemas enfrentados por cada região que deveria ser beneficiada.

Por isso uma das críticas de Leite (1999), é a ênfase dada aos projetos educacionais das zonas rurais, especialmente em uma época onde predomina o capitalismo internacional e o Estado neoliberal, volta-se para uma formação intelectual e cognitiva direcionada capacitação profissional mínima que a tenda ao modelo produtivo capitalista. Isto resulta em fortalecimento da hegemonia social da classe dominante, na discriminação sócio-cultural, perpetua as dependências econômicas e sociais dos não-privilegiados, excluindo-os da vivência da cidadania.

Uma questão percebida que em função da falta uma melhor formação dos professores para realização de atividades pedagógicas diversificadas, o processo ensino aprendizagem ainda se baseia em um modelo de educação tradicional, denominada por Freire (1979) de educação

Bancária, na qual o professor ensina (depositário) o aluno aprende (depositante), não há uma relação dialógica entre professor e aluno, o aprendizado escolar se faz em um processo mecânico de memorização e repetição de um conhecimento sistematizado não se articula com a realidade, com a cultura e com a história de vida do aluno. Isso significa na prática que o conteúdo escolar proposto pelo currículo formal, não sofre nenhuma alteração o que foi estabelecido no planejamento escolar e as atividades pedagógicas são meras reproduções de algumas propostas dos livros didáticos recebidos na escola.

Não há a preocupação do Estado com a qualidade das escolas rurais, pois se assim fosse o investimento não seriam restritos e limitados a algumas questões pedagógicas. Não há investimento no professor para que possa melhorar seu desempenho na sala de aula.

Na realidade rondonense há inúmeras dificuldades que contribuem para a fragilidade apresentada do projeto pedagógico das escolas. Desta forma constitui-se em um dos grandes desafios a ser enfrentado tanto pelo poder público, quanto pelas escolas e comunidades locais: elaborar um projeto escolar que esteja de acordo com a realidade local.

Pois para a comunidade rural a luta por uma escola de qualidade, que atenda aos interesses coletivos daqueles que dela se favorecem, constitui-se em uma das grandes aspirações. Entretanto, ainda está estabelecida uma grande distância entre o projeto ideal e a realidade da escola pública atual. É necessário construir novos itinerários para a educação, como afirma Paulo Freire: Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser prática imobilizadora e ocultadora de verdades (1996; p.99). Assim temos que assumir o compromisso com uma educação que prepare os jovens para o mundo, que possa ajudá-los acrescer e supera suas dificuldades materiais.

CAPÍTULO III

O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NA ESCOLA ELDORADO

3.1- O ensino da língua inglesa na escola Eldorado: Relações com o currículo escolar atual

Ao longo do meu estudo, entrevistei os alunos da 5ª série, sobre as razões que os levava a não terem interesse pela disciplina de língua inglesa. Cada aluno entrevistado um foi respondendo ao seu modo. Parece que de uma forma geral eles não conseguem agregar o interesse pela escola e pelos estudos.

Apesar de tentar inovar, levar músicas, computador com kit multimídia, pude perceber que o interesse e instantâneo, depois eles vão gradativamente se desinteressando pelas atividades propostas pela disciplina.

Considero que essas dificuldades, desinteresse tem várias razões, por isso concordo com autor Vitor Paro quando afirma que:

"A má qualidade do ensino público atual expressa, por um lado, a falta de escolas de verdade, com condições adequadas de funcionamento; por outro, a ausência, em nosso sistema de ensino, de uma filosofia de educação comprometida explicitamente com a formação do homem histórico que , ultrapassando os propósitos da mera sobrevivência , se articule com o objetivo de viver bem, realizando um ensino que capacite o educando tanto a usufruir da herança cultural acumulada quanto a contribuir na construção da realidade social.(2001,p. 306)

Na zona rural, a qualidade da escola, do material didático, do acervo bibliográfico e extremamente precário, par que o professor possa dar boas aulas, terá que dispor de material próprio, pois a carência deste recurso nesta realidade é notório.

Não é difícil entender assim as difículdades desses alunos, pois como afirmei anteriormente há muitos obstáculos que não podem apenas serem superados com a boa vontade do professor. Entretanto, a formação do professor julgo ser primordial. Desta forma concordo com Neto (2002, p.48): A sala de aula abriga, pois um encontro de complexidades humanas no concreto do contexto histórico e social. A complexidade do professor encontra-se com a complexidade do aluno. Neste encontro o professor assume a tarefa de ensinar, mas deve ter em mente que apenas isso não basta. Tem que saber por que ensinar algo ao aluno naquela realidade é importante.

Julgo que a língua inglesa, hoje, e de fundamental importância para o cidadão, pois se assim não for, sem acesso a essa língua estrangeira, acabamos por ficar fora de um contexto social maior. Por exemplo como usar o computador, se todos os comandos estão em inglês. Assim vou tentando mostrar aos alunos essa importância.

Ao inserirem a língua estrangeira no currículo formal dão ensino fundamental, parece que faltou um entendimento do que seria o importante no processo de ensino-aprendizagem, de que foram a realidade dos alunos ia sendo mudada a partir d a relação com os conteúdos dessa disciplina.

O conteúdo curricular trabalhado na escola Eldorado, é organizado no período de planejamento anual das disciplinas, entra no programo que vai sendo definido pelos professoresmestre da disciplina, esse mesmo conteúdo e desenvolvido em outras escolas. Entretanto o aluno da escola que trabalho tem algumas características que o diferencia dos demais da região.

Não querendo criar o grau da excepcional idade, mas cada lugar tem uma realidade bem diferente, as escolas são diferentes, mas o que ensinamos e tudo tão igual, que é preciso pensar se isso de fato ajuda os alunos no dia a dia da vida deles.

Neste sentido Moreira & Silva afirma que é preciso reconhecer que no currículo está atravessado de relações de poder (1995, p. 29) é preciso compreender que são os alunos que estão na sala de aula, como quem são os professores que nelas também estão.

Pois como fala o ilustre autor Michael Apple (1995, p. 59)

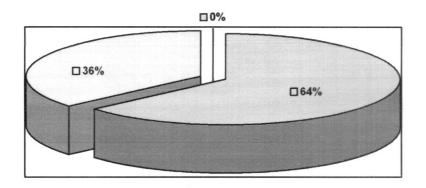
o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de alguma modo aparece nos textos e na sala de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém da visão de um grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. È produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organiza, e desorganizam o povo.

Se assim for o aluno não se sente à vontade para aprender a língua inglesa, já que a mesma nada tem a ver com sua realidade, mas o que acho importante é que ele conheça este idioma se integre a essa sociedade para não ficar preso apenas a um conhecimento limitado, mas que amplie seus conhecimentos culturais que serão no futuro úteis para que ele mude sua vida.

3.2- A realidade social dos alunos da escola Eldorado.

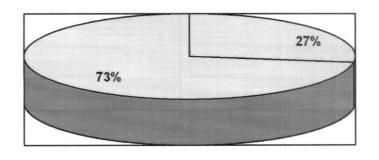
Ao longo da minha pesquisa fui obtendo as seguintes respostas dos alunos entrevistados e com elas fiz algumas reflexões. Abaixo apresentarei quadros formulados através da pesquisa como os alunos, para analisar melhor quais as condições que vem implicando no fracasso escolar desses alunos que estão na 5ª série da escola Eldorado.

Gráfico 1-: Região de Origem dos alunos da 5ª série:



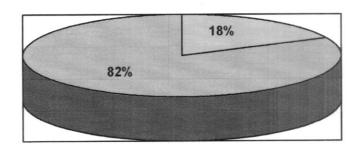
□Estado do Maranhão □Estado do Pará □Outros Estados

Gráfico 2- Aprovação ou reprovação escolar dos alunos da 5ª série:



□ Alunos que nunca reprovaram □ Alunos que já reprovaram

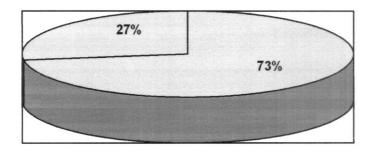
Gráfico 3- Os alunos da 5ª série que trabalham e estudam:

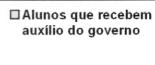


alunos que apenas estudam

■alunos que estudam e trabalaham

Gráfico 4- Os alunos que recebem algum tipo de auxílio do governo (bolsa, escola, e outros):





 Alunos que não recebem auxílio do governo

Nos gráficos acima se observa que a maioria dos alunos já repetiu algumas séries e que apesar do auxílio do governo eles precisam trabalhar para ajudar na renda família que , todos os entrevistados afirmaram ser de 01(um) salário mínimo em média. A maioria oriunda de localidades pobres do estado do Pará ou do Maranhão, alguns não convivem com seus pais , mas sim parentes.

Esses dados podem ajudara entender as dificuldades que os alunos têm de permanecer acompanhando normalmente o semestre escolar, pois no começo do ano estavam matriculados 21 alunos, mas no fim do ano letivo, estão freqüentando apenas 09 (nove) alunos regularmente.

Nos questionários respondidos a maioria dos alunos afirma que os pais têm ensino fundamental, mas se contradizem nas entrevistas ao afirmarem eu não possuem ninguém em casa que possa auxiliá-los nas tarefas escolares.

3.3- O ensino da língua inglesa e a realidade escolar da escola Eldorado: A fala dos alunos.

Ao serem questionados nas dificuldades de aprenderem a língua estrangeira (inglesa) alguns e de que foram poderiam ser ensinada essa disciplina e outras questões relativas ao ensino da língua os alunos foram respondendo, fiz perguntas diferenciadas para cada aluno, essas entrevistas foi realizada com o grupo de alunos de forma bem espontânea fui registrados as respostas, que passo a relatar abaixo:

Aluna 1- (Edilene)

- Qual a dificuldade de aprender língua estrangeira?
- R.: " várias coisas.. desenrolar os nomes."
- O que v. acha que deveria haver na aula de Inglês para facilitar o aprendizado?
- R.: "Silêncio da parte dos alunos"
- Como deveria ser as aulas de Inglês?
- R.: "Com diálogo, muito diálogo, principalmente."

Aluna 2- (Hoza)

- Qual a maior dificuldade que v. tem em aprender Inglês?
- R.: "Entender o que está sendo pronunciado pelo professor."
- O que v. acha que deveria ter na aula de Inglês?
- R.: "... ? ..."
- Como deveria ser as aulas de Inglês ?
- R.: " ... o professor passando os conteúdos no quadro de giz."

Aluna 3- (Silvana)

- Quantas aulas v. acha que os alunos de 5 a. série deveriam ter, semanalmente, para um aprendizado em língua estrangeira?
 R.:" seis aulas semanais."
- Os materiais usados para o ensino de língua estrangeira, são suficientes?

R.: "São."

Sugere outros recursos para o ensino de língua estrangeira:
 R.? "uma cooperação dos que não participam do aprendizado."

Aluna 4- (Gleysilvane)

• Quais as propostas v. tem para aprender língua estrangeira?

R.: "a) uso de material em apostila; b) fichas de papelão, fitas gravadas, músicas sobre o conteúdo."

• Você gosta de aprender língua estrangeira?

R.: "Gosto."

• Das línguas estrangeiras que ouviu , qual ou quais você tem certa preferência em aprender?

R.: "Inglês e Espanhol."

Aluno 5- (Flávio)

- Há quanto tempo v. estuda língua estrangeira ? Inglês , por exemplo? R.: "Nunca estudei outra língua, inclusive a inglesa."
- Para que você acha que serve a língua estrangeira que v. aprende na escola ?

R.: "É bom. É um meio de comunicar com outros povos."

• Você gostaria de prosseguir os estudos de língua estrangeira, noutros países, por exemplo...

R.: "Gostaria, sim."

Aluno 6- (Gilmark)

18 – Gilmark , v. tem prazer em aprender língua estrangeira ?
 R.: "Sim, eu tenho."

19 – Tem preferências ou qualquer uma é ideal?

R.: "A língua inglesa, sim."

 20 – A maneira de se ensinar língua estrangeira na escola é suficiente ou deveria o quê?

R.: "Não. Não é o suficiente..."

Aluno 7- (Ivaneto)

 Com que idade o aluno deve iniciar o aprendizado de língua estrangeira na escola ?

R.: "A partir dos 12 anos."

 22 – Nas séries escolares, isto é na 5 ª série do ensino fundamental, o ensino do Inglês produz que resultado?

R.: " ... ? ... ?

Aluno 8- (Milton Jr.)

- Além do estudo de Inglês na escola você estuda em casa, por exemplo?
 R.: "Sim. Eu estudo."
- Para se aprender uma língua estrangeira, o que é importante?
 R.: "Saber, ao menos, rudimentos da língua, como: sons fonéticos..."
- Para que serve saber língua estrangeira, na sua opinião?
 R.: "Serve para a gente falar com pessoas estrangeiras ..."

As opiniões expressam podem ajudar na reflexão de como conduzir o ensino da língua inglesa e superar as dificuldades dos alunos e do próprio professor da disciplina. Desta foram concordo com Paulo Freire quando afirma que:

"a nossa capacidade de aprender , de que decorrer a de ensinar , sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de aprender a substantividade do objeto aprendido. A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro. Neste caso, o aprendiz funciona mais como um paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, constrói o conhecimento do objeto ou participa da sua construção. è precisamente por causa desta habilidade de a substantividade do objeto que nos é possível reconstruir um mal aprendido, o em que o aprendiz foi puro paciente da transferência feita pelo educador". (1996.p. 69)

Nesta reflexão, posso pensar minha prática de professor de língua estrangeira e como posso melhorar a cada dia assumindo: "que preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu próprio desempenho" (Freire, 1996, p.68). Desta forma, vou compreendendo isso no diálogo com os alunos da 5ª série, já que nas entrevistas os mesmos expressam claramente suas opiniões, assim no capítulo seguinte irei fazer algumas propostas que foram elaboradas depois dessas conversas que tive com os alunos e que em muito pode ajudar a melhorar o ensino da língua inglesa.

CAPÍTULO IV

TRABALHANDO ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

(...) A falta de atenção à emoção [no ensino de Inglês] é provavelmente devido ao fato de que a investigação sobre questões afetivas, na sua maior parte, tem buscado fatores atitudinais que são estáveis e que podem ser medidos mediante questionários. MCLEOD (1990 p. 432)

As Ciências da Educação, embora tendo dado grandes contribuições às explicações sobre o processo ensino-aprendizagem, por vezes foram limitadas e insuficientes com as análises que se voltaram apenas para as eficácias e controles do processo, pois eliminaram a possibilidade de compreendermos o ensino como arte. (STENHOUSE, 1993). Segundo este autor, é necessário que se investigue o currículo abordado em sala aula, na sua estreita relação com o professor, porque este deve ser considerado como um artista através de seu desempenho. É importante se aceitar a figura do professor-investigador como parte da prática do currículo elaborado e desenvolvido na escola, porque o ensino deve ser visto como uma atividade socialmente construída, que pode variar de indivíduo para indivíduo, e de contexto para contexto. Ele é um exercício de expressões carregadas de significados.

Best (1991) citado por WOODS (1999), destaca a criatividade como condição para o desenvolvimento de qualidades, destacando que:

(...) O que isto significa para os estudantes não é tanto que devam saber sobre mas, mais, que deveriam saber física, matemática, biologia, história, etc. E isto implica desenvolver um sentimento, uma sensibilidade, uma apreensão, e o amor pela matéria, entrando criativamente no espírito de uma área de conhecimento . . . Em resumo, os estudantes... deveriam ser cientistas criativos. (p. 38).

Um ensino bem sucedido de Língua Estrangeira (inglesa), sem dúvida, é aquele em que os alunos compreendem o que aprendem e que, esta compreensão, esteja assegurada quando eles participam da construção desse aprendizado.

As tendências atuais do ensino e aprendizagem de língua estrangeira, indicam que a ferramenta mais valiosa para o próximo milênio: é sermos capazes de buscar e querer aprender a partir do que venha ser novo e/ou inovador.

Isso significa que, para tanto, é necessário pensar e saber pensar com reflexão, análise e interpretação crítica, tanto professores como alunos. Quando ambos desenvolverem tais capacidades, eles estarão aptos a dominarem o conhecimento com autoconfiança e autonomia.

Esses requisitos são importantes para suas interações e compreensões sobre o conteúdo de língua estrangeira, porque são capazes de estabelecer novas relações compararem e levantarem hipóteses, sem receio de procurarem uma aprendizagem compartilhada.

Segundo D'AMBRÓSIO (1996), FIORENTINI (1994), POZO (1998) e VITTI (1996), é preciso substituir os processos de ensino que priorizam a exposição, que levam a um receber passivo do conteúdo, através de processos que não estimulem os alunos à participação. É preciso que eles deixem de ver a língua estrangeira – inglesa, como um produto acabado, cuja transmissão de conteúdos é vista como um conjunto estático de conhecimentos e técnicas. Diversas são as possibilidades de trabalho em sala de aula para que se possa refletir e (re)construir a prática. Ao prepararmos os alunos para viverem e atuarem profissionalmente no século XXI, não podemos esquecer que o principal equipamento em qualquer área profissional é o microcomputador, um recurso eletrônico cujo uso deve ser visto, no processo educacional, como uma ferramenta de aprendizagem que poderá ser melhor explorada quando os alunos aprenderem a programar.

É fundamental que desde o inicio da aprendizagem da língua estrangeira o professor desenvolva a autoconfiança em seus alunos, para que eles acreditem na capacidade de aprender. A

limitação de recursos disponíveis na escola para a prática de ensino e a reduzida carga horária da disciplina ano devem ser motivos para abrir mão dos objetivos.

Ele pode estabelecer três metas que sejam importantes para a turma:

- Aumento do conhecimento da língua materna, no caso o português, por meio de comparações com o idioma estrangeiro em diversos níveis
- Ao construir significados em outro idioma, o aluno se habilita para uma língua estrangeira.
- Conhecer valores de outras culturas desenvolve a percepção da própria, promovendo a aceitação das diferenças nos modos e expressão e de comportamento.

1) Seria ótimo que o professor:

- Trazer recortes de revistas, cartazes ou outro recurso ilustrado para uma melhor fixação do vocabulário e da estrutura do texto;
- Repitir cada frase com os alunos, a fim de que eles memorizem o texto e tenham entonação e pronuncias corretas;
- Através da leitura do texto, faca os alunos associarem o som da palavra com a sua grafia;
- Dramatizar a situação de maneira mais real possível;
- Incentivar os alunos a criarem o ambiente do texto, trazendo de casa o que for necessário;
- Estimular os alunos a vivenciarem a situação com os colegas;
- Estimular a criatividade dos alunos, fazendo-os ampliar o texto encenado, usando expressões ensinadas anteriormente.

2) Sugestões de atividades didáticas:

O professor deverá tomar o estudo de uma língua estrangeira cada vez mais real e dinâmico.

Os diálogos devem ser memorizados e dramatizados. A melhor técnica é a de ouvir-repetir, ouvir-repetir.

Nos textos descritivos e narrativos, o professor deve escrever no quadro-verde a relação de palavras novas, ensinando a pronúncia e o significado correspondente.

Sugerem-se algumas práticas ou atividades que possam contribuir para uma melhor dinâmica em sala de aula, tais como:

- Praticar o aquecimento
- Trabalhar textos relacionados com outras disciplinas, pois favorecem-lhes a compreensão; estes textos devem tratar de temas atuais;
- Usar exemplos significativos e exercícios concretos, coerentes e lógicos;
- Fazer sempre a transferência para a realidade do aluno;
- Realizar diálogos, dramatizações;
- Realizar repetição oral em grupo e oral individual;
- Realizar leituras expressivas, ditados, cópias, jogos de atenção, traduções e versões.

3) Atividades orais (oral skills)

Deve-se ter sempre em mente a importância da prática oral. Certamente, isso dependerá dos recursos existentes, do tempo disponível e do número de alunos em classe.

Através de um treinamento oral em grupos, em duplas ou individual, o professor levará os alunos a usarem a língua e a fixarem as estruturas, ao mesmo tempo que os habilitará para os exercícios escritos de verificação.

O aluno que começa a aprender uma língua estrangeira espera poder um dia falar essa nova língua e pode ser extremamente frustrante um ensino que não leve em consideração esse fato.

4) Atividades escritas (writing activities)

Os primeiros exercícios possibilitam o treino de grafia das palavras novas. Posteriormente, pedimos que elas sejam escritas de memória em outros exercícios.

A escrita das frases dos textos deve ser treinada de uma forma criativa, deixando alguma palavra que foi exercitada nas atividades anteriores para ser escrita de cor.

Quanto às estruturas, elas devem ser fixadas através de exercícios cuidando de inserir, em toda atividade, alguns exercícios visualizados para reforçar o uso das estruturas e tornar esta atividade uma prática de conversação.

5) Recursos didáticos:

Trabalhar com recortes de revistas, cartazes ou outro recurso ilustrativo é uma forma de oportunizar maior fixação do vocabulário e da estrutura do texto.

O professor deve trazer material variado, informações sobre os países onde se fala a língua, mas, em geral, em sua sala de aula, ele está encurralado no livro didático, tentando fazer com que o aluno aprenda alguns enunciados, o que resulta numa grande frustração: essas frases isoladas, desligadas de um contexto, não fazem sentido algum para o aluno que as repete sem interesse, esquecendo-as no ano seguinte.

O professor poderá lançar mão dos seguintes recursos:

- Utilização das próprias ilustrações do livro;
- Desenhos em forma de sticks na lousa;

- Ilustrações retiradas de revistas;
- cartazes;
- Objetos ou pessoas da própria sala de aula.

6) Como outros meios auxiliares de ensino, temos:

- Retroprojetor utilizar transparências para apresentar conteúdos novos.
- Vídeo-cassete a oportunidade de ver e ouvir nativos, em filmes, estimula o interesse e contribui para divulgar aspectos sócio-culturais do idioma.

7) Que dinâmicas e brincadeiras posso usar nas aulas de Língua Estrangeira?

Devemos lembrar que o ensino de um idioma deve ser, apesar das limitações, quase igual ao da língua materna. Pense em como você aprendeu o português, em cãs e em brincadeiras, e tente levar as experiências para a aula. A recomendação vale para crianças maiores e adolescentes também. Se quiser inovar, afaste-se um pouco do livro didático, mesmo mantendo o conteúdo a ser dado. Para aulas de Inglês, uma prática interessante é pedir que os estudantes colecionem material escrito ou falado no idioma e montem cartazes para espalhar pela escola. Todos vão se surpreender com o número de palavras já incorporadas ao nosso vocabulário. Isso pode levar a outras discussões, como por exemplo, a influência dessa língua estrangeira nas músicas que ouvimos e filmes a que assistimos.

Mude a disposição das carteiras na sala de aula. Nada menos interativo do que manter todos os alunos voltados para o professor, sem que possam se envolver uns com os outros. Como o ensino de língua exige comunicação, um simples arranjo no espaço da classe, dispondo as mesas em círculo, por exemplo, ajudará a troca de diálogos.

Planeje atividades em grupo com a mediação do professor, os alunos passam a respeitar atitudes, opiniões, conhecimentos e ritmos diferenciados de aprendizagem.

No ensino de Inglês, os problemas existentes são enormes: a única possibilidade de trabalho está no livro didático, os professores enfrentam dificuldades na sua própria formação, são poucos anos de estudo da língua, falta de material adequado, falta de contato com falantes estrangeiros e com a literatura dos países em que se fala a língua, entre outros. Além disso, a dificuldade dos alunos é imensa: trata-se de enfrentar um sistema complexo, articulado, sem as armas necessárias. Em geral, esses alunos jamais tiveram contato com outra língua e mal têm notícias das várias culturas veiculadas pela língua ensinada. O único elo entre essa língua que ele vai estudar e sua realidade é o professor munido de um livro didático tradicional, com sua linguagem própria, sem levar em consideração a língua como um todo.

O fracasso do ensino de língua estrangeira não é privilégio da escola pública, mas também da escola particular. É preciso ser revisto o modo como estamos ensinando e para que se está ensinando esta outra língua.

Nas escolas públicas do município, adota-se uma cópia xerografada de um livro X de inglês sem uma reflexão sobre os resultados da aprendizagem. Não levamos em consideração que esses métodos se preocupam precariamente com a expressão oral e que esse tipo de trabalho em escolas rurais, sem recursos, é pouco eficaz.

Raras são as oportunidades de um trabalho sério com a língua escrita, através, principalmente, da leitura de textos, o que poderia enriquecer o universo do aluno.

A língua estrangeira tem uma importância crucial na formação do aluno, sobretudo do aluno de ensino público e da escola rural, por ter menos noção de seu lugar no mundo, por ter menos acesso à informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o processo educativo das crianças e jovens deste país aí está. Em alguns pontos, desacertos, falhas, é bem verdade. No entanto, há muito esforço também para superar isso. É, pois o dever e compromisso de todos nós, mestres, educadores e professores, dar à educação, nossa parcela integral de contribuição para melhorar a cada vez mais o processo educacional brasileiro, neste século XXI.

No texto ora findo, vimos ao longo da história da educação brasileira, toda sorte de ações e reflexões. Em um dado momento, estão os religiosos a serviço da catequese, da instrução dos selváticos; noutro, os colonizadores que aqui chegaram... Além, é claro, dos próprios professores; todos, empenhados na missão de educar. E, para completar, de modo decisivo, estão os atores principais: as crianças e os jovens!

Diante disso é de se pensar: Há a tão propalada dificuldade em aprender?

Digo que sim, há. Porém, quantos métodos, quantos meio, quantas formas, também dispomos para superar tudo isso.

Logo, a educação deve estar assim posicionada: no alto, num pedestal, tendo, em todas as direções, os competidores para alcançá-la, sendo tais, os alunos, os educadores, afinal, vencedor seremos todos, sem dúvida nenhuma! E mais: educar neste início de milênio e de século, ainda é missão difícil. Digo isso, em função das condições por que a educação, ou melhor, o ato de ensinar deve caminhar.

Veja o seguinte exemplo: eu, graduando, estou concluindo este primeiro trabalho acadêmico e pedagógico também. Tenho a incumbência de transmitir a instrução escolar a crianças e jovens, na escola rural, aliás, quantos educadores também não têm igual missão? E, no

entanto, esse local, onde localiza meu trabalho, a escola, tomando a acepção exata da palavra, realmente é um lugar qualquer. Sabe por que? Ora, não raramente, já estive numa sala de aula com os alunos, cercada por todos os lados de animais como reses bovinas, equinos asininos e etc.

Percebe-se que, uma coisa é a educação no meio citadino, técnico; outra o é, no meio bucólico, campesino.

E, apesar disso tudo, sempre prevalece o ideal, o sonho, isto é o educador, o professor tem esse dever impregnado no seu ser, gene; seria sim, um absurdo, alguém contestar isso.

Portanto, hoje, eu estou me graduando em Pedagogia da Educação. Creio que essa graduação é o início, o incentivo de que todo o educador precisa para prosseguir no seu sacerdócio. Afinal, assim como todo ser vivo precisa do ar, do alimento para o seu corpo continuar vivendo; eu acredito precisar avançar mais, estudar mais, investigar, conhecer mais, pois só assim é que estarei desempenhando bem o meu papel: o educador, o formador de pessoas do bem, o pedagogo, por excelência!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Elisa D. A. de. Etnografia da Prática Escolar. São Paulo: Papirus, 1995.

ARROYO, Miguel (Org). Da escola carente à escola possível. São Paulo: Edições Loyola 1991.

BRANDÃO, Carlos. *Casa de escola*: Cultura camponesa e educação rural. 2ª edição.Campinas: Papirus, 1984.

O trabalho de saber: Cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990. (Coleção aprender e ensinar)

Da escola rural de emergência a escola de ação comunitária In: **ARROYO**, Miguel (Org.). Da escola carente a escola possível. Edições Loyola. São Paulo, 1991. p.127 a 153

CALAZANS, Maria Julieta C, et al. *Políticas educacionais:* Questões e contradições da Educação Rural no Brasil In: **WERTEIN**, Jorge e **BORDENAVE**, Juan Diaz (orgs). *Educação rural no terceiro mundo:* Experiências e novas alternativas. Rio de janeiro: Paz e terra, 1981. p. 161 a 197.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

GIROUX, Henry e SIMON, Roger. *Cultura popular e pedagogia crítica*: a vida cotidiana com base para o conhecimento curricular In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995. p 93 a 124

GIROUX, Henry e MACLAREN, Peter. Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995. p 125 a 154

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Sociais e Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões da nossa época; v. 5)

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: Urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. Pesquisa em Educação abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENESES, João Gualberto de Carvalho (org.). Estrutura e Funcionamento da Educação Básica – Leituras – 2ª. ed. Pioneira – Thomson Learning. São Paulo: 2001.

MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.

Pádua, Elizabete Matallo Marchesini de. *Metodologia de pesquisa*: Abordagem teórico - prático. 6ª edição. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000. (Coleção magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 1987.

PEIXOTO, Ana Rosa. *LDB: da Conciliação Possível à Lei Proclamada*. Belém: Graphitle Editores, 1997.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*: Organização escolar. 13ª edição. Campinas: Autores associados, 1993. (Coleção Educação contemporânea)

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

SILVA, Luiz Heron (org). *A escola cidadã no contexto da globalização*. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SEVERINO, antonio Joaquim e FAZENDA, Ivani Arantes (orgs). *Formação docente*: Rupturas e possibilidades. Campinas . SP: Papirus, 2002.

BIBLIOGRAFIA:

Anexos

Questionário - Alunos

1) Qual é o seu nome:

R.: Joel Pereira

2) Quantos anos de idade você tem?

R.: Estou com 14 anos de idade.

3) Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?

R.: Tenho três irmãos.

4) Você é natural de qual estado?

R.: Sou do Estado do Maranhão.

5) Há quantos anos você frequenta a escola?

R.: Há 6 anos.

6) Já foi reprovado algum ano escolar?

R.: Fui um ano.

7) Por que os seus pais vivem no campo?

R.: Não. São meus avós que moram no campo.

8) O que você acha da escola rural?

R.: Acho-a ruim.

9) Quantas pessoas trabalham na família?

R.: Trabalham minha mãe, e um irmão.

10) Quantos estudam?

R.: Dois irmãos

11) Qual a renda da família?

R.: A família recebe uma aposentadoria

Mensal.

12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?

R.: Eles têm o ensino fundamental.

13) Você além do estudo, trabalha?

R.: Sim, trabalho.

14) Recebe auxílio do governo? (bolsa escola, p. ex.)

R.: Não. Não recebo.

R.: Hoza Fernandes

Quantos anos de idade você tem?
 R.: Estou com 11 anos de idade.

Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?
 R.: Tenho três irmãos.

Você é natural de qual estado?
 R.: Sou do Estado do Pará.

4) Há quantos anos você frequenta a escola? R.: Há 5 anos.

5) Já foi reprovado algum ano escolar? R.: Nenhum ano.

6) Por que os seus pais vivem no campo? R.: Porque acham bom.

7) O que você acha da escola rural ? R.: Acho-a ruim.

8) Quantas pessoas trabalham na família ? R.: Trabalham meu pai e dois irmãos.

9) Quantos estudam? R.: Dois irmãos

Qual a renda da família ?
 R.: A família recebe salário mensal.

11) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais? R.: Eles têm o ensino fundamental.

12) Você além do estudo, trabalha?
R.: Não trabalho. Só estudo.

13) Recebe auxílio do governo ? (bolsa escola, p. ex.)R.: Sim . Recebo a bolsa escola.

R.: Silvana Oliveira

Quantos anos de idade você tem?
 R.: Estou com 15 anos de idade.

Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?
 R.: Tenho um irmão.

Você é natural de qual estado?
 R.: Sou do Estado do Pará.

5) Há quantos anos você frequenta a escola? R.: Há 5 anos.

6) Já foi reprovado algum ano escolar? R.: Nenhum ano.

7) Por que os seus pais vivem no campo?
R.: Porque é mais farta a vida. A gente não passa necessidades alimentares

8) O que você acha da escola rural ? R.: Acho-a ótima.

9) Quantas pessoas trabalham na família ? R.: Trabalha o meu pai.

10) Quantos estudam ? R.: Meu pai. O irmão

11) Qual a renda da família ?R.: A família recebe uma salário mensal.

12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?
R.: Eles têm o ensino fundamental.

13) Você além do estudo, trabalha?

R.: Sim, trabalho.

14) Recebe auxílio do governo ? (bolsa escola, p. ex.)R.: Sim . Recebo a bolsa escola.

R.: Flávio Pereira

2) Quantos anos de idade você tem?

R.: Estou com 14 anos de idade.

3) Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?

R.: Tenho quatorze irmãos.

4) Você é natural de qual estado?

R.: Sou do Estado do Pará.

5) Há quantos anos você frequenta a escola?

R.: Há 6 anos.

6) Já foi reprovado algum ano escolar?

R.: Fui um ano.

7) Por que os seus pais vivem no campo?

R.: Porque eles querem...

8) O que você acha da escola rural?

R.: Acho-a ótima.

9) Quantas pessoas trabalham na família?

R.: Trabalham meu pai, e três irmãos.

10) Quantos estudam?

R.: quatro irmãos

11) Qual a renda da família?

R.: A família recebe uma aposentadoria mensal.

mensu.

12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?

R.: Eles têm o ensino fundamental.

13) Você além do estudo, trabalha?

R.: Sim, trabalho.

14) Recebe auxílio do governo? (bolsa escola, p. ex.)

R.: Sim. Recebo a bolsa escola.

R.: Gilmark da Silva

Quantos anos de idade você tem?
 R.: Estou com 12 anos de idade.

- Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?
 R.: Tenho cinco irmãos.
- Você é natural de qual estado?
 R.: Sou do Estado do Maranhão.
- 5) Há quantos anos você frequenta a escola? R.: Há 5 anos.
- 6) Já foi reprovado algum ano escolar? R.: Não. Nenhum ano.
- 7) Por que os seus pais vivem no campo? R.: Por causa do sustento dos filhos.
- 8) O que você acha da escola rural ? R.: Acho-a ótima.
- Quantas pessoas trabalham na família ?
 R.: Trabalham o meu pai e os 5 irmãos.
- 10) Quantos estudam? R.: os cinco irmãos
- 11) Qual a renda da família ?

 R.: A família recebe um salário mensal.
- 12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?R.: Eles têm o ensino fundamental.
- 13) Você além do estudo, trabalha? R.: Sim, trabalho.
- 14) Recebe auxílio do governo ? (bolsa escola, p. ex.)R.: Não. Não recebo.

1) Qual é o seu nome: R.: Milton Junior

Quantos anos de idade você tem?
 R.: Estou com 15 anos de idade.

Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?
 R.: Tenho oito irmãos.

4) Você é natural de qual estado?R.: Sou do Estado do Maranhão.

5) Há quantos anos você frequenta a escola? R.: Há 8 anos.

6) Já foi reprovado algum ano escolar? R.: Fui dois anos.

7) Por que os seus pais vivem no campo? R.: Acham bom no campo.

8) O que você acha da escola rural ? R.: Acho-a ótima.

Quantas pessoas trabalham na família ?
 R.: Trabalham o meu pai e os 7 irmãos.

10) Quantos estudam? R.: quatro irmãos

 Qual a renda da família ?
 R.: A família recebe uma Aposentadoria mensal.

12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?
R.: Eles têm o ensino fundamental.

13) Você além do estudo, trabalha?R.: Sim, trabalho.

14) Recebe auxílio do governo ? (bolsa escola, p. ex.)
R.: Sim . Recebo a bolsa escola .

1) Qual é o seu nome: R.: Ivaneto dos Santos

2) Quantos anos de idade você tem?

R.: Estou com 13 anos de idade.

3) Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?

R.: Tenho um irmão.

4) Você é natural de qual estado?

R.: Sou do Estado do Pará.

5) Há quantos anos você frequenta a escola?

R.: Há 6 anos.

6) Já foi reprovado algum ano escolar?

R.: Fui um ano.

7) Por que os seus pais vivem no campo?

R.: Acham bom.

8) O que você acha da escola rural?

R.: Acho-a boa.

9) Quantas pessoas trabalham na família?

R.: Trabalham meu pai e um irmão.

10) Quantos estudam?

R.: Nenhum estuda.

11) Qual a renda da família?

R.: A família recebe uma aposentadoria

Mensal.

12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?

R.: Eles têm o ensino fundamental.

13) Você além do estudo, trabalha?

R.: Sim, trabalho.

14) Recebe auxílio do governo? (bolsa escola, p. ex.)

R.: Não. Não recebo.

R.: Gleycivane da Silva

Quantos anos de idade você tem?
 R.: Estou com 15 anos de idade.

Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?
 R.: Tenho sete irmãos.

Você é natural de qual estado?
 R.: Sou do Estado do Maranhão.

5) Há quantos anos você frequenta a escola? R.: Há 7 anos.

6) Já foi reprovado algum ano escolar? R.: Fui três anos.

Por que os seus pais vivem no campo?
 R.: Eles acham melhor viver no campo.

8) O que você acha da escola rural ? R.: Acho-a boa.

9) Quantas pessoas trabalham na família ? R.: Trabalham meu pai , e um irmão.

10) Quantos estudam? R.: seis irmãos

11) Qual a renda da família ?

R.: A família recebe tem outras rendas.

12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?R.: Eles têm o ensino fundamental.

13) Você além do estudo, trabalha?
R.: Não , só estudo.

14) Recebe auxílio do governo ? (bolsa escola, p. ex.)R.: Sim recebo a bolsa escola.

R.: Romário Xavier

Quantos anos de idade você tem?
 R.: Estou com 11 anos de idade.

Quantos irmãos (ou irmãs) você tem?
 R.: Tenho sete irmãos.

Você é natural de qual estado?
 R.: Sou do Estado do Maranhão.

5) Há quantos anos você frequenta a escola? R.: Há 6 anos.

6) Já foi reprovado algum ano escolar? R.: Fui um ano.

7) Por que os seus pais vivem no campo? R.: Porque gostam da vida do campo.

8) O que você acha da escola rural ? R.: Acho-a boa .

Quantas pessoas trabalham na família ?
 R.: Trabalham meu pai e três irmãos.

10) Quantos estudam ?R.: O meu pai e seis irmãos

11) Qual a renda da família ?R.: A família recebe uma aposentadoria mensal.

12) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais? R.: Eles têm o ensino fundamental.

13) Você além do estudo, trabalha? R.: Sim, trabalho.

14) Recebe auxílio do governo ? (bolsa escola, p. ex.) R.: Sim.Recebo a bolsa escola.

R.: Edilene Silva

02) Quantos anos de idade você tem?

R.: Estou com 13 anos de idade.

03) Quantos irmãos (ou irmãs) você tem? R.: Tenho 1 irmã.

04) Você é natural de qual estado?

R.: Sou do Estado do Maranhão.

05) Há quantos anos você frequenta a escola?

R.: Há 6 anos.

06) Já foi reprovado algum ano escolar?

R.: Fui dois anos.

07) Por que os seus pais vivem no campo?

R.: No campo a vida é melhor.

08) O que você acha da escola rural?

R.: Acho-a boa.

05) Ouantas pessoas trabalham na família?

R.: Trabalham minha pai e, e minha mãe.

06) Quantos estudam?

R.: O meu pai e 1 irmã

07) Qual a renda da família?

R.: A família recebe uma aposentadoria mensal.

08) Qual é o grau de escolaridade dos seus pais?

R.: Eles têm o ensino fundamental.

09) Você além do estudo, trabalha?

R.: Sim, trabalho.

10) Recebe auxílio do governo? (bolsa escola, p. ex.)

R.: Não. Não recebo.